

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO № 002/2018 REALIZAÇÃO: CONCURSOS SS1

OLMIR PAULINHO BENJAMINI, Prefeito Municipal de Piratuba, por meio da Secretaria de Administração e Finanças, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO que realizará PROCESSO SELETIVO sob regime estatutário - Lei nº065/2015, para provimento temporário de cargos junto a Prefeitura de Piratuba, com a execução técnico-administrativa da empresa **CONCURSOS SS1**, o qual reger-se-á pelas Instruções Especiais contidas neste Edital, pela Lei Municipal nº 1325/2015 de 15 de outubro de 2015 e pelas demais disposições legais vigentes.

A divulgação oficial do inteiro teor deste Edital e os demais editais, relativos às etapas deste Processo Seletivo dar-se-á com a afixação no Mural Oficial de Publicações do Município e/ou seus extratos serão publicados no Diário Oficial dos Municípios - DOM. Também em caráter meramente informativo na internet, pelos *sites* www.concursosss1.com.br e www.piratuba.sc.gov.br.

É obrigação do candidato acompanhar todos os editais referentes ao andamento do presente Processo Seletivo.

CAPÍTULO I - DOS CARGOS E VAGAS

1.1. DAS VAGAS:

- 1.1.1. O Processo Seletivo destina-se ao provimento das vagas legais existentes e formação de cadastro reserva para o ano letivo de 2019, de acordo com a tabela de cargos abaixo e ainda das que vierem a existir no prazo de validade do Processo Seletivo.
- 1.1.2. A habilitação no Processo Seletivo não assegura ao candidato a contratação imediata, mas apenas a expectativa de ser admitido de acordo com as necessidades da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação.

1.1.3 - Tabela de Cargos:

Cargos	Vagas Legais	Escolaridade e/ou outros requisitos exigidos para o cargo na contratação	Carga Horária Semanal	Vencimento Dezembro/2018 R\$	Valor da Inscrição R\$
Agente de Serviços Gerais Externos	05 + CR	Alfabetizado.	40 horas	1.292,07	38,76
Agente de Serviços Gerais Internos	07 + CR	Alfabetizado.	40 horas	971,18	29,13
Auxiliar de Creche	01 VV + CR	Habilitado: Habilitação em grau superior, licenciatura em Pedagogia - Educação Infantil. Não Habilitado: Certidão de frequência a partir da 5ª fase em curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação.	40 horas	Habilitado 2.564,29 Não Habilitado 2.136,85	Habilitado 76,93 Não Habilitado 64,10
Cuidador Escolar	05 VE + CR	Ensino Médio completo.	40 horas	1.068,39	32,05



Facilitador de Biblioteca Escolar	CR	Habilitado: Habilitação em grau superior em nível de Licenciatura em Letras ou Pedagogia. Não Habilitado: Certidão de frequência a partir da 5ª fase em curso de Graduação em Licenciatura Plena em Letras ou Pedagogia.	40 horas	Habilitado 2.564,29 Não Habilitado 2.136,85	Habilitado 76,93 Não Habilitado 64,10
Facilitador em Informática Educacional	01 VE + CR	Habilitado: Habilitação em grau superior em nível de licenciatura em Informática Educacional. Não Habilitado: Certidão de frequência a partir da 5ª fase em curso de Licenciatura em Informática Educacional.	40 horas	Habilitado 2.564,29 Não Habilitado 2.136,85	Habilitado 76,93 Não Habilitado 64,10
Monitor Artístico - Artesanato - Danças Folclóricas - Teclado - Violão e Voz	01 VE 03 VE 01 VE 01 VE	Ensino Médio Completo com conhecimento específico desejado obtido em Conservatório ou Cursos Especializados, conhecimento do musical específico para o instrumento que ensina, conhecimento em interpretação instrumental, história da música, conhecimento em dança, teatro, artesanato e outras atividades artísticas e específicas.	20 horas	1.068,39	32,06
Nutricionista - Secretaria de Educação e Esportes - Secretaria da Saúde	01 VE 01 VE	Habilitação legal para o exercício da profissão de Nutricionista, com registro no Conselho Regional de Nutricionista – CRN/SC.	20 horas	1.796,77	53,90
Odontólogo	01	Habilitação legal para o exercício da profissão de odontólogo com Registro no Conselho Regional de Odontologia – CRO/SC.	40 horas	6.376,76	191,30
Professor de Educação Infantil	08 VE + CR	Habilitado: Habilitação em Grau Superior, Licenciatura em Pedagogia Educação /Infantil. Não Habilitado: Certidão de frequência a partir da 5ª fase em Curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia.	20 horas	Habilitado 1.282,12 Não Habilitado 1.068,39	Habilitado 38,46 Não Habilitado 32,06
Professor de Educação Infantil - Música	01 VE + CR	Habilitado: Habilitação em grau superior, específica na área de atuação, de duração plena. Não Habilitado: Certidão de frequência a partir da 5ª fase em curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação.	20 horas	Habilitado 1.282,12 Não Habilitado 1.068,39	Habilitado 38,46 Não Habilitado 32,06
Professor Ensino Fundamental I - Artes/Educação Infantil e Ensino Fundamental Artes/Artesanato	04 VE + 01 VV + CR	Habilitado: Habilitação em grau superior, específica na área de atuação, de duração plena. Não Habilitado: Certidão de frequência a partir da 5º fase em curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação.	20 horas	Habilitado 1.282,12 Não Habilitado 1.068,39	Habilitado 38,46 Não Habilitado 32,06
Professor Ensino Fundamental I - Séries Iniciais	02 VE + 1 VV + CR	Habilitado: Habilitação em grau superior, específica na área de atuação, de duração plena. Não Habilitado: Certidão de frequência a partir da 5ª fase em curso de Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia.	20 horas	Habilitado 1.282,12 Não Habilitado 1.068,39	Habilitado 38,46 Não Habilitado 32,06
Professor Ensino Fundamental I e II - Atendimento Escolar Especializado	02 VE + CR	Habilitado: Habilitação em grau superior, específica na área de atuação, de duração plena. Não Habilitado: Certidão de frequência a partir da 5º fase em curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação.	20 horas	Habilitado 1.282,12 Não Habilitado 1.068,39	Habilitado 38,46 Não Habilitado 32,06
Professor Ensino Fundamental I e II - Inglês	01 VE + CR	Habilitado: Habilitação em grau superior, específica na área de atuação, de duração plena. Não Habilitado: Certidão de frequência a partir da 5º fase em curso de Graduação em Licenciatura Plena na área de atuação.	20 horas	Habilitado 1.282,12 Não Habilitado 1.068,39	Habilitado 38,46 Não Habilitado 32,06



Professor Ensino Fundamental I e II - Educação Física	02 VV +	Habilitado: Habilitação em grau superior, específica na área de atuação, de duração plena.	20 horas	Habilitado 1.282,12	Habilitado 38,46
- Escolas (Ed. Infantil e Ens.	05 VE	Não Habilitado: Certidão de frequência a partir Não Habilitado: Certidão de frequência a partir			Não Habilitado
Fundamental)	+			1.068,39	32,06
- Dep. de Esportes	CR	Licenciatura Plena na área de atuação.		2.000,00	32,00
Professor Ensino Fundamental II -	02 VE + CR	Habilitado: Habilitação em grau superior,	20 horas	Habilitado	Habilitado
Ciências		específica na área de atuação, de duração plena.		1.282,12	38,46
		Não Habilitado: Certidão de frequência a partir		Não Habilitado	Não Habilitado
		da 5ª fase em curso de Graduação em		1.068,39	32,06
		Licenciatura Plena na área de atuação.			
Professor Ensino Fundamental II -	CR	Habilitado: Habilitação em grau superior,	20 horas	Habilitado	Habilitado
Ensino Religioso		específica na área de atuação ou na área de		1.282,12	38,46
		Ciências Humanas (Filosofia, História, Ciências			
		Sociais ou Pedagogia) de duração plena.			
		Não Habilitado: Certidão de frequência a partir		Não Habilitado	Não Habilitado
		da 5ª fase em curso de Graduação em		1.068,39	32,06
		Licenciatura Plena na área de atuação ou na área			
		de Ciências Humanas (Filosofia, História, Ciências			
		Sociais ou Pedagogia) de duração plena.			
Professor Ensino Fundamental II -	CR	Habilitado: Habilitação em grau superior,	20 horas	Habilitado	Habilitado
Geografia		específica na área de atuação, de duração plena.		1.282,12	38,46
		Não Habilitado: Certidão de frequência a partir		Não Habilitado	Não Habilitado
		da 5ª fase em curso de Graduação em		1.068,39	32,06
		Licenciatura Plena na área de atuação.			
Professor Ensino Fundamental II -	CR	Habilitado: Habilitação em grau superior,	20 horas	Habilitado	Habilitado
História		específica na área de atuação, de duração plena.		1.282,12	38,46
		Não Habilitado: Certidão de frequência a partir		Não Habilitado	Não Habilitado
		da 5ª fase em curso de Graduação em		1.068,39	32,06
		Licenciatura Plena na área de atuação.			
Professor Ensino Fundamental II -	01 VE + CR	Habilitado: Habilitação em grau superior,	20 horas	Habilitado	Habilitado
Matemática		específica na área de atuação, de duração plena.		1.282,12	38,46
		Não Habilitado: Certidão de frequência a partir		Não Habilitado	Não Habilitado
		da 5º fase em curso de Graduação em		1.068,39	32,06
		Licenciatura Plena na área de atuação.			
Professor Ensino Fundamental II -	02 VV + CR	Habilitado: Habilitação em grau superior,	20 horas	Habilitado	Habilitado
Português		específica na área de atuação, de duração plena.		1.282,12 (20h)	38,46
		Não Habilitado: Certidão de frequência a partir		Não Habilitado	Não Habilitado
		da 5ª fase em curso de Graduação em		1.068,39 (20h)	32,06
B : (1	04.145 00	Licenciatura Plena na área de atuação.	40.1	2.502.52	107.00
Psicólogo Educacional	01 VE + CR	Diploma, devidamente registrado, de conclusão	40 horas	3.593,53	107,80
		de curso de graduação de nível superior em			
		Psicologia com especialização em áreas			
		educacionais ou afins, fornecido por instituição			
		de ensino superior reconhecida pelo Ministério			
Tácnico Artístico		da Educação.	20 haras	Habilitada	Uahilitada
Técnico Artístico - Acordeom e Voz	01 VE	Habilitado: Nível Superior Completo em Artes, Profissionais de Educação Física com inscrição no	20 horas	Habilitado	Habilitado
- Acordeom e Voz - Ballet, Jazz e Contemporâneo	01 VE 01 VE	CREF ou nas áreas afins com conhecimento		1.282,12	38,46
- Canto Coral	01 VE 01 VE	específico desejado obtido em Conservatório ou			
- Regência em Bandas e Fanfarras	01 VE 01 VE	Cursos Especializados, conhecimento do musical			
- Teatro	01 VE	especifico para o instrumento que ensina,			
	01 1	conhecimento em interpretação instrumental,			
		história da música, conhecimento em dança,			
		teatro, artesanato e outras atividades artísticas e			
		específicas.			
	1	cope contour.			
		Não Habilitado: Certidão de frequência a partir		Não Habilitado	Não Hahilitado
		Não Habilitado: Certidão de frequência a partir da 5ª fase em curso de Graduação na área de		Não Habilitado 1.068,39	Não Habilitado 32,06

(CR) Cadastro Reserva; (VE) Vaga Excedente; (VV) Vaga Vinculada; (NT) Não Habilitado; (PS) Habilitado.



1.2. DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS:

1.2.1. As atribuições dos cargos estão definidas no Anexo I do presente Edital.

CAPÍTULO II - DAS INSCRIÇÕES

- 2.1. A inscrição no Processo Seletivo implica, desde logo, o conhecimento e tácita aceitação pelo candidato, das condições estabelecidas neste Edital.
- 2.2. Os candidatos deverão inscrever-se somente em um cargo, tendo em vista a possibilidade de realização das provas para todos os cargos na mesma data e horário.
- 2.3. As inscrições serão somente **pela Internet.**
- 2.4. PERÍODO: 21/12/2018 a 19/01/2019.

2.5. DA INSCRIÇÃO PELA INTERNET:

- 2.5.1. As inscrições via Internet poderão ser realizadas a partir das **9h** do dia **21 de dezembro de 2018** até às **23h59min**, do dia **19 de janeiro de 2019**, pelo *site* <u>www.concursosss1.com.br</u>.
- 2.5.2. A Concursos SS1 não se responsabiliza por solicitação de inscrição via Internet não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamentos de linha, ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.
- 2.5.3. Após o preenchimento do formulário eletrônico, o candidato deverá imprimir o documento para o pagamento da inscrição. Este será o seu registro provisório de inscrição.
- 2.5.3.1. O boleto gerado para este Processo Seletivo será do Banco do Brasil, com o objetivo de evitar o pagamento de boletos fraudados, o candidato deve verificar o código do banco, constante no código de barras, bem como o banco.
- 2.5.3.2. Será de responsabilidade do candidato verificar as informações do boleto bancário, bem como certificar-se, no ato do pagamento, que o seu boleto foi pago corretamente.
- 2.5.4. O pagamento da inscrição deverá ser efetuado em qualquer agência bancária ou terminal de autoatendimento, até o dia 21 de janeiro de 2019, com o boleto bancário impresso (NÃO será aceito pagamento por meio de agendamento, banco postal, cheque, depósito ou transferência entre contas).
- 2.5.5. A Concursos SS1, em nenhuma hipótese, processará qualquer registro de pagamento com data posterior ao dia **21 de janeiro de 2019**. As solicitações de inscrições realizadas com pagamento após esta data não serão acatadas.
- 2.5.6. O candidato terá sua inscrição homologada somente após o recebimento, pela empresa Concursos SS1, através do banco, da confirmação do pagamento de sua inscrição, no valor estipulado neste Edital. Como todo



o procedimento é realizado por via eletrônica, o candidato **NÃO** deve remeter a Concursos SS1 cópia de sua documentação, sendo de sua exclusiva responsabilidade a informação dos dados no ato de inscrição, sob as penas da lei.

- 2.5.7. Caso o Candidato não possua acesso à Internet, será disponibilizado computador para acesso, na Prefeitura Municipal de Piratuba, Rua Governador Jorge Lacerda,133, Centro Piratuba/SC, no horário das 7h30min às 11h30min e das 13h15min às 17h15min ou na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, Avenida 18 de Fevereiro, nº 65 Centro Piratuba/SC, das 7h às 13h, no período de inscrições 21/12/2018 a 19/01/2019, em dias úteis.
- 2.5.8. Os candidatos que fizerem sua inscrição, interessados nas vagas para pessoas com deficiência, deverão verificar Capítulo próprio neste Edital, para encaminhamento de documentos necessários.
- 2.5.9. Os candidatos interessados e que atenderem as condições do Capítulo III, poderão solicitar isenção do pagamento da taxa de inscrição.
- 2.6. São requisitos para ingresso no serviço público, a serem apresentados quando da contratação:
 - a) Estar devidamente aprovado no Processo Seletivo e classificado dentro das vagas estabelecidas neste Edital;
 - b) Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa, desde que o candidato esteja amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do parágrafo 1º, Art. 12, da Constituição Federal e do Decreto nº 70.436/72;
 - c) Ter no mínimo 18 (dezoito) anos completos na data da contratação;
 - d) Estar quite com as obrigações eleitorais e militares (esta última para candidatos do sexo masculino);
 - e) Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo;
 - f) Possuir habilitação para o cargo pretendido, conforme o disposto na tabela de cargos, na data da contratação;
 - g) Não perceber proventos de aposentadoria civil ou militar ou remuneração de cargo, emprego ou função pública que caracterizem acumulação ilícita de cargos, na forma do inciso XVI e parágrafo 10º do Art. 37 da Constituição Federal;
 - h) Candidatos com deficiência verificar Capítulo próprio, neste Edital.
- **2.6.1. ATENÇÃO:** O candidato, por ocasião da CONTRATAÇÃO, deverá comprovar todos os requisitos acima elencados. A não apresentação dos comprovantes exigidos, tornará sem efeito a aprovação obtida pelo candidato, anulando-se todos os atos ou efeitos decorrentes da inscrição no Processo Seletivo.

2.7. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A INSCRIÇÃO NO PROCESSO SELETIVO:

- 2.7.1. Não serão aceitas inscrições: com falta de documentos, via postal, via fax, por *e-mail*, extemporâneas e/ou condicionais.
- 2.7.2. Antes de efetuar o pagamento da inscrição, o candidato deverá certificar-se de que possui todas as condições e pré-requisitos para inscrição, sendo vedada a alteração de sua opção inicial de cargo/emprego após o pagamento. Não haverá devolução do valor da inscrição, salvo se for cancelada a realização do Processo Seletivo.



- 2.7.3. <u>Serão aceitos como documentos de identidade</u>: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Polícia Militar; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por Lei Federal, são válidos como documento de identidade como, por exemplo, as Carteiras do CRA, CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia) e Cédula de Identidade para Estrangeiros. Caso o candidato tenha documento de Identidade aberto ou avariado ou com foto desatualizada, deverá portar outro documento (dentre os acima citados).
- 2.7.4. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista sem foto, carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF, documentos digitais ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não-identificáveis.
- 2.7.5. O candidato deverá estar ciente de que, caso não validado o documento de identificação, poderá não ter a prova corrigida e ser excluído do certame.
- 2.7.6. Para efetivar sua inscrição, é imprescindível que o candidato possua número de CPF Cadastro de Pessoa Física, regularizado.
- 2.7.7. O candidato que não possuir CPF deverá solicitá-lo nos postos credenciados Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Correios ou Receita Federal, em tempo de conseguir o registro e o respectivo número antes do término do período de inscrições.
- 2.7.8. Ao efetivar sua inscrição, o candidato assume inteira responsabilidade por todas as informações constantes na ficha de inscrição, sob as penas da lei, bem como assume que está ciente e de acordo com as exigências e condições previstas neste Edital, do qual o candidato não poderá alegar desconhecimento ou falta de informação.
- 2.7.9. Qualquer declaração falsa ou inexata dos dados constantes na ficha de inscrição determinará o cancelamento da inscrição e tornarão nulos todos os atos decorrentes dessa inscrição, em qualquer época, podendo o candidato responder as consequências legais.
- 2.7.10. O candidato que deixar de cumprir as normas previstas neste Edital, relativas a inscrição poderá ter sua inscrição não homologada.

2.8. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES:

- 2.8.1. A partir de **25/01/2019** será divulgado edital de homologação das inscrições com a respectiva relação de candidatos homologados.
- 2.8.2. O candidato terá acesso ao edital de homologação, com a respectiva relação de inscritos, diretamente pelos *sites* <u>www.concursosss1.com.br</u> e <u>www.piratuba.sc.gov.br</u> ou no Mural Oficial de Publicações do Município.



- 2.8.3. O candidato deverá acompanhar o edital de homologação de inscrições, bem como a relação de candidatos homologados para confirmar sua inscrição. Caso sua inscrição não tenha sido homologada o candidato poderá impetrar pedido de recurso, conforme determinado neste Edital.
- 2.8.4. Se mantida a não homologação, o candidato será eliminado do Processo Seletivo, não assistindo direito à devolução do valor da inscrição e nem o direito de realizar as provas, exceto se, por ocasião das provas, apresentar documento de inscrição e comprovante de pagamento válidos que permitam a inclusão do candidato.
- 2.8.4.1. A efetiva inclusão do candidato ficará condicionada à verificação da regularidade da inscrição e pagamento, posterior ao ato de inclusão.
- 2.8.4.2. Constatada qualquer irregularidade de inscrição e/ou pagamento, a inclusão será automaticamente cancelada, sendo considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

CAPÍTULO III - DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DO VALOR DA INSCRIÇÃO

- 3.1. Poderá solicitar isenção do pagamento do valor da inscrição:
- I O candidato que comprovar renda da sua entidade familiar inferior a dois salários mínimos, à época da inscrição, mediante comprovante de renda ou de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007;
- II o candidato que comprovar pelo menos uma doação de sangue nos últimos 12 meses anteriores a data de publicação deste edital, através de apresentação de documento, original ou autenticado, expedido pela entidade coletora, credenciada pela União, Estado ou Município.
- 3.2. Os candidatos interessados e que atenderem as condições do item anterior, poderão solicitar isenção do pagamento da taxa de inscrição no período de 21/12/2018 a 02/01/2019, devendo marcar na ficha de inscrição a opção de "Isenção" e encaminhar via Sedex até o dia 03/01/2019, para Concursos SS1 Caixa Postal nº 5315 CEP 90410-973 Porto Alegre/RS, os seguintes documentos:
 - **a)** Requerimento de isenção de pagamento de taxa de inscrição do Processo Seletivo Anexo V deste Edital, preenchido e assinado pelo candidato;
 - **b)** Baixa renda: comprovante de renda da sua entidade familiar inferior a dois salários mínimos, à época da inscrição ou inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007.
 - c) Doador de sangue: comprovação de pelo menos uma doação de sangue nos últimos 12 meses anteriores a data de publicação deste edital, através de apresentação de documento, original ou autenticado, expedido pela entidade coletora, credenciada pela União, Estado ou Município.
- 3.3. A não apresentação de qualquer documento para comprovar a condição de que trata o item anterior ou a apresentação dos documentos fora dos padrões e forma solicitada, implicará no indeferimento do pedido de isenção.



3.4. O candidato deverá encaminhar os documentos em envelope devidamente identificado, contendo na sua parte externa o nome do candidato, número de inscrição, cargo e identificação do Processo Seletivo, conforme segue:

PROCESSO SELETIVO - EDITAL № 02/2018 - MUNICÍPIO DE PIRATUBA - DOCUMENTOS ISENÇÃO DO VALOR DA INSCRIÇÃO NOME DO CANDIDATO
Nº DE INSCRIÇÃO
CARGO

- 3.5. O resultado da análise da documentação para solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição será divulgado a partir do dia **09 de janeiro de 2019** pelo *site* www.concursosss1.com.br.
- 3.6. Os candidatos com isenção concedida terão a inscrição automaticamente efetivada.
- 3.7. Os candidatos que tiverem indeferida sua solicitação de inscrição com isenção do valor, deverão providenciar o pagamento do boleto impresso no momento da inscrição ou solicitar a impressão da 2ª via do boleto de pagamento e pagar dentro do prazo estipulado até 21/01/2019, para permanecer participando do certame.

CAPÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

- 4.1. Às pessoas com deficiência, é assegurado o direito de inscrição no presente Processo Seletivo, para os cargos cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadores, num percentual de 5% (cinco por cento) do total das vagas oferecidas para cada cargo, de acordo com o art. 37, inciso VIII da Constituição Federal e Lei Municipal 1325/2015, de 15 de outubro de 2015.
- 4.1.1. Se dá aplicação do percentual oferecido aos candidatos com deficiência resultar número fracionado de vagas, o arredondamento será feito para o número inteiro seguinte, observado o percentual máximo de 20% (vinte por cento) das vagas.
- 4.2. Ao inscrever-se nessa condição, o candidato deverá escolher o cargo a que concorre e marcar a opção "Pessoas com Deficiência", bem como deverá encaminhar, via Sedex, até o último dia das inscrições, para Concursos SS1 Caixa Postal nº 5315 CEP 90410-973 Porto Alegre/RS, os seguintes documentos:
 - a) laudo médico (original ou cópia legível e autenticada), emitido há menos de um ano, atestando a espécie e o grau de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença CID, bem como da provável causa da deficiência;
 - b) requerimento solicitando vaga especial, constando: b1) o tipo de deficiência; b2) a necessidade de condição especial, prova especial e/ou tempo adicional, se for o caso (conforme modelo do Anexo IV deste Edital). Os pedidos devem ser formalizados por escrito no próprio anexo e serão examinados para verificação das possibilidades operacionais de atendimento, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade;
 - c) parecer original emitido por especialista da área de sua deficiência, atestando a necessidade de tempo adicional, somente para o caso de pedido de tempo adicional, conforme Lei Federal nº 7. 853, de 24 de outubro de 1989 e alterações. Caso não seja apresentado o parecer, o candidato não terá



deferida a sua solicitação. Prezando pela isonomia de tratamento entre os candidatos, por padrão, será concedida 1 (uma) hora adicional a candidatos nessa situação.

4.2.1. O candidato deverá encaminhar os documentos em envelope devidamente identificado, contendo na sua parte externa o nome do candidato, número de inscrição, cargo e identificação do Processo Seletivo, conforme segue:

PROCESSO SELETIVO - EDITAL № 02/2018 - MUNICÍPIO DE PIRATUBA - DOCUMENTOS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA
NOME DO CANDIDATO
Nº DE INSCRIÇÃO
CARGO

- 4.3. Caso o candidato não encaminhe o laudo médico e o respectivo requerimento até o prazo determinado, não será considerado como pessoa com deficiência para concorrer às vagas reservadas, não tendo direito à vaga especial, seja qual for o motivo alegado, mesmo que tenha assinalado tal opção na Ficha de Inscrição.
- 4.4. Não serão considerados como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopia, astigmatismo, estrabismo e congêneres.
- 4.5. As solicitações de condições especiais, bem como de recursos especiais e tempo adicional serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.
- 4.6. Os candidatos inscritos nessa condição participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere às provas aplicadas, ao conteúdo das mesmas, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos, resguardadas as condições especiais previstas na legislação própria.
- 4.7. Os candidatos aprovados no Processo Seletivo serão submetidos a exames médicos e complementares, que irão avaliar a sua condição física e mental.
- 4.8. Na falta de candidatos aprovados para as vagas reservadas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

CAPÍTULO V - DAS PROVAS

- 5.1. Para todos os cargos, o Processo Seletivo constará de **PROVA OBJETIVA**, de caráter eliminatório/classificatório, em primeira etapa, com questões objetivas, de múltipla escolha, compatíveis com o nível de escolaridade, com a formação acadêmica exigida e com as atribuições dos cargos.
- 5.2. Serão considerados aprovados em PRIMEIRA ETAPA e/ou HABILITADOS à etapa seguinte, os candidatos que obtiverem **50%** (cinquenta por cento) ou mais na nota final da prova objetiva.
- **5.3. PROVA DE TÍTULOS:** Para os candidatos aos cargos de **PROFESSOR (todos)**, desde que habilitados na prova eliminatória, haverá PROVA DE TÍTULOS, conforme Capítulo VII, do presente Edital, de caráter classificatório.



5.4. CONTEÚDOS E PONTUAÇÃO:

CARGOS	PROVA	DISCIPLINA	N°	Valor por	PESO	
			Questões	questão	TOTAL	
	TABELA 1					
Auxiliar de Serviços Gerais Externos	Objetiva	Português	05	5,00	100,00	
Auxiliar de Serviços Gerais Internos		Legislação, Conhecimentos Gerais e Específicos	15	5,00		
		TABELA 2				
Auxiliar de Creche	Objetiva	Português	05	5,00	100,00	
Cuidador Escolar		Conhecimentos Gerais	05	5,00		
Facilitador de Biblioteca Escolar		Legislação e Conhecimentos Específicos	10	5,00		
Facilitador em Informática Educacional						
Monitor Artístico						
Nutricionista						
Odontólogo						
Psicólogo Educacional						
Técnico Artístico						
TABELA 3						
Professor (todos)	Objetiva	Português	05	4,50	90,00	
		Conhecimentos Gerais	05	4,50		
		Legislação e Conhecimentos Específicos	10	4,50		
	Títulos		•		10,00	

- 5.5. Os pontos por disciplina correspondem ao número de acertos multiplicado pelo peso de cada questão da mesma. A NOTA DA PROVA OBJETIVA será o somatório dos pontos obtidos em cada disciplina.
- 5.6. Não haverá prova fora do local designado, nem em datas e/ou horários diferentes. Não será admitido à prova, o candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o início da mesma; em nenhuma hipótese haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado.
- 5.7. O ingresso na sala de provas só será permitido ao candidato que apresentar o documento de identidade.
- 5.8. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia da realização da prova, os documentos originais, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo 30 (trinta) dias, ocasião em que poderá ser submetido à identificação especial, compreendendo coleta de assinaturas e de impressão digital em formulário próprio.
- 5.9. O candidato deverá apresentar no dia da realização da prova o documento de inscrição (boleto bancário quitado). A critério da organização do Processo Seletivo este poderá ser dispensado, desde que comprovada a efetiva homologação da inscrição do candidato.
- 5.10. A identificação especial também poderá ser exigida do candidato, cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.
- 5.11. No local de provas não será permitido ao candidato usar óculos escuros e entrar ou permanecer com armas ou quaisquer dispositivos eletrônicos, tais como: máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefones celulares, *smartphones*, *tablets*, *ipod*®, gravadores, *pen drive*, mp3 ou similar, relógio ou qualquer receptor ou transmissor de dados e mensagens. Caso o candidato leve arma ou qualquer aparelho



eletrônico, deverá depositá-lo na Coordenação. Os aparelhos eletrônicos, inclusive os telefones celulares, deverão ser desligados e depositados junto à mesa de fiscalização até o final da prova, sendo a identificação desses de responsabilidade exclusiva dos candidatos. O descumprimento desta determinação implicará na eliminação do candidato, caracterizando-se como tentativa de fraude.

- 5.11.1. A Concursos SS1 não se responsabiliza por nenhum objeto e/ou aparelho eletrônico trazido pelos candidatos e recomenda que os mesmos não levem nenhum dos objetos citados no item anterior, no dia de realização das provas.
- 5.12. A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização da prova deverá levar acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará a prova. Não haverá compensação do tempo de amamentação ao tempo da prova da candidata.
- 5.12.1. Na sala reservada para amamentação ficarão somente a candidata lactante, a criança e um fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.
- 5.13. Será excluído do Processo Seletivo o candidato que:
 - a) tornar-se culpado por incorreção ou descortesia para com qualquer dos fiscais, executores e seus auxiliares ou autoridades presentes;
 - b) for surpreendido, durante a realização da prova, em comunicação com outro candidato ou terceiros, bem como utilizando-se de livros, notas, impressos ou equipamentos não permitidos;
 - c) afastar-se do recinto da prova sem o acompanhamento do fiscal;
 - d) recusar-se a entregar o material das provas ao término do tempo destinado a sua realização.
- 5.14. Candidatos com deficiência ver Capítulo próprio sobre solicitação de condição ou prova especial (caso necessário).
- 5.15. A identificação correta do dia, local e horário da realização das provas, bem como seu comparecimento, é de responsabilidade exclusiva do candidato.
- 5.16. Os casos de alterações psicológicas ou fisiológicas (períodos menstruais, gravidez, contusões, luxações, etc.) que impossibilitem o candidato de submeter-se aos testes, ou de neles prosseguir ou que lhe diminuam a capacidade físico-orgânica, não serão considerados para fins de tratamento diferenciado ou nova prova.
- 5.17. Não será permitido ao candidato ingerir alimento de qualquer natureza durante a realização da prova, exceto para os casos de hipoglicemia ou outros problemas de saúde, desde que comprovados através de atestado médico, os quais serão examinados para verificação das possibilidades operacionais de atendimento, obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.
- 5.18. Durante a realização das provas, o candidato só poderá manter consigo e, em lugar visível, os seguintes objetos: caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de ponta grossa, lápis, borracha, documento de Identidade, e uma garrafa de água transparente. A Concursos SS1 não se responsabiliza por quaisquer outros objetos, de



valor ou não, trazidos pelo candidato. Os mesmos devem ser deixados em local indicado pelo fiscal dentro da sala de prova, ficando à vista do candidato e sob inteira responsabilidade do mesmo.

CAPÍTULO VI - DA PROVA OBJETIVA

- 6.1. A Prova Objetiva, para todos os cargos será aplicada em 10/02/2019, na Escola Municipal Professora Amélia Poletto Hepp, Rua Boa Vista, nº 400, Centro, Piratuba/SC em horário a ser divulgado quando da homologação das inscrições em 25/01/2019.
- 6.2. O Município, reserva-se o direito de indicar nova data para a realização da Prova Objetiva, em caso de necessidade de alteração desta já publicada, mediante publicação em jornal de circulação local, com antecedência mínima de 8 (oito) dias da realização das mesmas.
- 6.3. Os programas e/ou referências bibliográficas da prova objetiva de cada cargo, são os constantes no Anexo II do presente Edital.
- 6.4. Em todas as provas, quando da citação de legislação, devem ser consideradas as alterações da legislação publicadas até o último dia das inscrições.
- 6.4.1. As leis indicadas nas referências bibliográficas poderão ser usadas em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados.
- 6.5. O tempo de duração da prova objetiva será de até 2 horas.
- 6.6. Desde já, ficam os candidatos convocados a comparecerem com antecedência de 1 (uma) hora ao local das provas, munidos de caneta esferográfica azul ou preta de ponta grossa.
- 6.7. O candidato só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após 1 (uma) hora.
- 6.8. Durante as provas, não será permitida comunicação entre candidatos, nem a utilização de máquina calculadora e/ou similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta.
- 6.9. Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do Processo Seletivo, a Concursos SS1 poderá proceder, como forma de identificação, à coleta da impressão digital de todos ou de alguns candidatos no dia de realização das provas, bem como usar detector de metais.
- 6.10. O caderno de questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver todas as técnicas para chegar à resposta adequada, permitindo-se o rabisco e a rasura em qualquer folha, EXCETO na FOLHA ÓTICA DE RESPOSTAS.
- 6.11. A correção das provas será feita por meio eletrônico leitura ótica, sendo a FOLHA ÓTICA DE RESPOSTAS o único documento válido e utilizado para esta correção. Este deve ser preenchido com bastante atenção. Ele não poderá ser substituído, tendo em vista sua codificação, sendo o candidato o único responsável pela entrega do



mesmo devidamente <u>preenchido e assinado</u>. É obrigação do candidato conferir seus dados na folha ótica de respostas e assinar no local indicado. A não entrega da folha ótica de respostas implicará na automática eliminação do candidato do certame. A falta de assinatura na folha ótica de respostas poderá também implicar na eliminação do candidato do certame.

- 6.12. Será atribuída nota 0 (zero) à resposta que, na folha ótica de respostas estiver em desconformidade com as instruções, não estiver assinalada ou que contiver mais de uma alternativa assinalada, emenda, rasura ou alternativa marcada a lápis, ainda que legível.
- 6.13. Em nenhuma hipótese, será considerado para correção e respectiva pontuação o caderno de questões.
- 6.14. O candidato, ao terminar a prova objetiva, devolverá ao fiscal da sala, a folha ótica de respostas devidamente preenchida e assinada.
- 6.15. Ao final da prova objetiva, os três últimos candidatos de cada sala de prova deverão permanecer no recinto, a fim de acompanhar os fiscais até a coordenação para o lacre dos envelopes.

CAPÍTULO VII - DA PROVA DE TÍTULOS - Somente para os cargos de PROFESSORES (TODOS)

- 7.1. Os candidatos deverão entregar os títulos para concorrer a última etapa do Processo Seletivo no dia e local da Prova Objetiva, 10/02/2019 Escola Municipal Professora Amélia Poletto Hepp, Rua Boa Vista, nº 400, Centro, Piratuba/SC. Não serão recebidos títulos em outra ocasião.
- 7.1.1. Serão recebidos os títulos de todos os candidatos e avaliados apenas para os aprovados na Prova Objetiva.
- 7.1.2. Os títulos deverão ser entregues pelo próprio candidato em envelope fechado e identificado, contendo na sua parte externa o nome do candidato, número de inscrição, cargo e identificação do Processo Seletivo, conforme segue:

PROCESSO SELETIVO - EDITAL № 02/2018 - MUNICÍPIO DE PIRATUBA - PROVA DE TÍTULOS NOME DO CANDIDATO

№ DE INSCRIÇÃO

CARGO

7.2. Essa Prova será somente classificatória, sendo que o candidato aprovado/habilitado que deixar de entregar seus títulos não terá somados os pontos correspondentes a essa etapa, mas não ficará eliminado do Processo Seletivo, pela não entrega.



7.3. GRADE DE PONTUAÇÃO DOS TÍTULOS:

It	Pontuação		
1. Pós-graduação (somente curso concluído)	Doutorado	5,00	
	Mestrado	3,00	
	Especialização	2,00	
	Pontuação Máxima	10,00	

- 3. O curso de exigência do cargo não será utilizado para pontuação. Títulos de pós-graduação, além do de exigência terão pontuação conforme itens acima.
- 4. Para a comprovação da conclusão dos cursos de pós-graduação serão aceitas cópias autenticadas de diplomas ou certificados expedidos e registrados pela instituição responsável pelo curso. Caso o candidato ainda não tenha obtido seu diploma ou certificado, poderá apresentar cópia autenticada de documento expedido pela instituição responsável pelo curso devendo constar a conclusão e, para cursos de especialização, a carga horária. Não serão pontuados títulos apresentados em forma de: boletim de matrícula, atestado de frequência, atestados de apresentação e/ou defesa de trabalho de conclusão, monografia ou tese.
- 5. O candidato poderá apresentar somente um Título por item.
- 6. Seminários, jornadas, treinamentos, oficinas, workshops, simpósios, congressos, títulos de formação de nível médio, técnico (médio, pós-médio), não serão pontuados.
- 7. Não serão pontuados títulos relativos a quaisquer serviços prestados, remunerados ou não, inclusive tempo de serviço público ou privado, estágios, monitorias, bolsas ou projetos, cursos preparatórios, ou, ainda, participação em cursos/eventos como painelista, organizador ou palestrante.

7.4. APRESENTAÇÃO DOS TÍTULOS:

- 7.4.1. Os candidatos deverão entregar pessoalmente seus títulos no dia da Prova Objetiva, conforme descrito no item 7.1, para concorrer à última etapa do Processo Seletivo.
- 7.4.2. O candidato deverá entregar uma cópia autenticada em cartório de cada título. Não será feita autenticação no local de entrega dos títulos.
- 7.4.3. Não serão consideradas, para efeito de pontuação, as cópias não autenticadas, bem como documentos gerados por via eletrônica que não estejam acompanhados do respectivo mecanismo de autenticação para verificação.
- 7.4.4. Juntamente com os títulos, deverá ser entregue relação dos mesmos, em formulário próprio, conforme modelo Anexo III a este Edital, que deve ser preenchida em duas vias, destas uma deve ser colocada no envelope juntamente com os títulos e a outra será devolvida ao candidato devidamente rubricada pelo responsável do recebimento, este será a comprovação de entrega da documentação.
- 7.4.5. Não serão pontuados os títulos que não estiverem acompanhados da respectiva relação, assim como aqueles não relacionados.
- 7.4.6. Na relação dos títulos, o candidato declarará expressamente o curso que possui ou que esteja em andamento, como requisito de habilitação para o cargo. Se o candidato deixar de declarar o curso de habilitação, o mesmo poderá não ter seus títulos pontuados ou ainda, a Banca poderá utilizar outro título apresentado para comprovar esta habilitação exigida.



- 7.4.7. Os documentos comprobatórios de títulos não podem apresentar rasuras, emendas ou entrelinhas, sob pena de não serem pontuados.
- 7.4.8. Para comprovação do nome do candidato, deverá ser entregue cópia simples do documento de identidade. O candidato que possuir alteração de nome (casamento, separação, etc.) deverá anexar além da cópia simples do documento de identidade, cópia simples do documento comprobatório da alteração sob pena de não ter pontuados títulos com nome diferente da inscrição e/ou identidade.
- 7.4.9. Não serão pontuados os títulos que apresentem o nome do candidato abreviado, incompleto, com erros de digitação ou diferente da inscrição e/ou documentos apresentados para comprovação, conforme item anterior.
- 7.4.10. Comprovada em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade na obtenção dos títulos do candidato, bem como encaminhamento de um mesmo título em duplicidade, com o fim de obter dupla pontuação, o candidato terá anulada a totalidade de pontos desta prova. Comprovada a culpa do candidato este será excluído do Processo Seletivo.
- 7.4.11. Não serão pontuados os títulos que excederem ao máximo de pontos, bem como os que apresentarem dados imprecisos, incoerentes ou incompletos que comprometam ou impossibilitem a avaliação da Banca.

CAPÍTULO VIII - DOS RECURSOS

- 8.1. Será admitido recurso quanto:
 - a) Ao indeferimento/não processamento de inscrição;
 - b) À formulação das questões, respectivos quesitos e gabarito das mesmas;
 - c) Aos resultados parciais e finais do Processo Seletivo.
- 8.2. Todos os recursos, deverão ser interpostos em até 5 (cinco) dias úteis, a contar da divulgação por edital, de cada evento.
- 8.3. Os recursos deverão ser protocolados *on-line*, através do *site* <u>www.concursosss1.com.br</u>, no prazo estipulado por Edital. Para acesso ao formulário de recursos on-line será exigido o número de inscrição e o CPF do candidato.
- 8.4. Para cada questionamento deverá ser utilizado um formulário eletrônico, com todos os dados solicitados devidamente preenchidos, no qual deve ser circunstanciada exposição a respeito das questões e pontos para as quais, em face às normas do certame, contidas no Edital, da natureza do cargo a ser provido ou do critério adotado, deveria ser atribuído maior grau ou número de pontos, bem como as razões do pedido de revisão e o total dos pontos pleiteados.
- 8.5. Não se conhecerão os recursos que não contenham os dados acima e os fundamentos do pedido, inclusive os pedidos de simples revisão da prova ou nota.



- 8.6. Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, enviados por via postal, fax ou meio eletrônico (e-mail) ou em desacordo com este Edital.
- 8.7. A Concursos SS1 não se responsabiliza por recurso não recebido por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamentos de linha, ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados ou a impressão dos documentos solicitados.
- 8.8. Em caso de haver questões que possam vir a ser anuladas por decisão da Comissão Executora do Processo Seletivo, as mesmas serão consideradas como respondidas corretamente por todos os candidatos, independente de terem recorrido, quando serão computados os pontos respectivos, exceto para os que já receberam a pontuação.
- 8.9. Se houver alguma alteração de gabarito oficial, por força de impugnações, as provas serão corrigidas de acordo com a alteração.
- 8.10. É de responsabilidade do candidato o correto preenchimento de todos os dados solicitados nos formulários eletrônicos de quaisquer dos recursos previstos para este Processo Seletivo. Os recursos que não estejam com todos os dados solicitados devidamente preenchidos, não serão aceitos.
- 8.11. Os recursos serão analisados individualmente, porém as respostas poderão ser divulgadas por questão e não direcionadas a cada candidato.

CAPÍTULO IX - DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

- 9.1. A nota final, para efeito de classificação dos candidatos, será igual à soma das notas obtidas na prova objetiva e prova de títulos, conforme aplicada ao cargo.
- 9.2. A classificação final do Processo Seletivo será publicada por edital, apresentará apenas os candidatos aprovados por cargo, em ordem decrescente de pontos e será composta de duas listas, contendo a primeira, a pontuação de todos os candidatos, inclusive a das pessoas com deficiência e a segunda somente a pontuação destes últimos, se houver aprovados.
- 9.3. Na hipótese de igualdade no total de pontos entre os aprovados, o desempate de notas processar-se-á com os seguintes critérios:
- 9.3.1. Para TODOS os cargos, em que houver candidatos com idade igual ou superior a **60 (sessenta) anos**, em conformidade com o art. 27, parágrafo único, da Lei 10741/2003 Estatuto do Idoso, será utilizado o critério da maior idade.
- 9.3.2. Após a aplicação dos critérios acima, se ainda persistir o empate, o desempate ocorrerá, conforme segue:
- 9.3.2.1. Para os cargos da TABELA 1:
 - a) obtiver maior nota em legislação, conhecimentos gerais e específicos;
 - b) maior idade, considerando-se ano, mês e dia de nascimento.



- 9.3.2.2. Para os cargos da TABELA 2:
 - a) obtiver maior nota em legislação e conhecimentos específicos;
 - b) obtiver maior nota em português;
 - c) maior idade, considerando-se ano, mês e dia de nascimento.
- 9.3.2.3. Para os cargos da TABELA 3:
 - a) obtiver maior nota na prova objetiva;
 - b) obtiver maior nota em legislação e conhecimentos específicos;
 - c) obtiver maior nota em português;
 - d) maior idade, considerando-se ano, mês e dia de nascimento.
- 9.4. Persistindo o empate entre os candidatos, após aplicados os critérios acima, o desempate se dará através do sistema de sorteio pela Loteria Federal, conforme segue:
- 9.4.1. Os candidatos empatados serão ordenados de acordo com seu número de inscrição, de forma crescente ou decrescente, conforme o resultado do primeiro prêmio da extração da loteria federal imediatamente anterior ao dia da efetiva realização da prova objetiva, segundo os critérios a seguir:
 - a) Se a soma dos algarismos do número sorteado no primeiro prêmio da Loteria Federal for par, a ordem será crescente;
 - b) Se a soma dos algarismos da loteria federal for ímpar, a ordem será decrescente.

CAPÍTULO X - DO PROVIMENTO DOS CARGOS E ESCOLHA DE VAGAS

- 10.1. O provimento dos cargos obedecerá, rigorosamente, à ordem de classificação dos candidatos aprovados.
- 10.1.1. Para os cargos de Auxiliar de Creche, Cuidador Escolar, Facilitador de Biblioteca Escolar, Facilitador em Informática Educacional, Professor (todos) e Técnico Artístico serão chamados primeiramente os candidatos aprovados *Habilitados*, esgotadas as possibilidades de admissão destes, serão chamados os candidatos aprovados *Não Habilitados*, obedecendo sempre a ordem de classificação.
- 10.2. O candidato aprovado obriga-se a manter atualizado seus dados junto a Concursos SS1 e ao Município de Piratuba.
- 10.3. A escolha de vagas ocorrerá nas dependências da Secretaria Municipal de Educação e Esportes de Piratuba/SC, em data e horário a serem divulgados junto com a homologação final do Processo Seletivo.
- 10.4. A convocação dos candidatos será feita por Edital, publicado junto ao Mural Oficial de Publicações do Município de Piratuba, paralelamente, será feita comunicação ao candidato, por telefone e/ou e-mail informado na ficha de inscrição ou posteriormente atualizado. É responsabilidade exclusiva do candidato manter atualizado os seus dados.
- 10.5. Caso o candidato não deseje assumir de imediato, poderá, mediante requerimento próprio, solicitar para passar para o final da lista dos aprovados e, para concorrer, observada sempre a ordem de classificação e a validade do Processo Seletivo, a novo chamamento uma só vez.



- 10.6. O prazo de validade do Processo Seletivo será de até dois anos, prorrogável, uma vez, por igual período, contado a partir da data de publicação da homologação do Processo Seletivo.
- 10.7. Ficam advertidos os candidatos de que, no caso de admissão, a contratação no cargo só lhes será deferida no caso de exibirem:
 - a) a documentação comprobatória das condições previstas no Capítulo II item 2.6 deste Edital acompanhada de fotocópia;
 - b) atestado de boa saúde física e mental a ser fornecido, por Médico ou Junta Médica do Município ou ainda, por esta designada, mediante exame médico, que comprove aptidão necessária para o exercício do cargo, bem como a compatibilidade para os casos de deficiência física;
 - c) declaração negativa de acumulação de cargo, emprego ou função pública, conforme disciplina a Constituição Federal/1988, em seu Artigo 37, XVI e suas Emendas;
 - d) Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único, da Lei Federal nº 8.112/90 e na legislação correspondente dos estados e municípios.
 - e) Seguintes documentos:
 - a. Uma foto 3x4 recente;
 - b. Xérox da Carteira de Identidade (RG);
 - c. Xérox CPF;
 - d. Xérox Titulo Eleitor;
 - e. Certidão de quitação eleitoral;
 - f. Xérox da Carteira de Reservista ou Alistamento Militar;
 - g. Xérox Certidão Nascimento/Casamento;
 - h. Xérox Certidão Nascimento dos Dependentes;
 - i. Declaração de Bens ou IRRF;
 - j. Declaração de não acúmulo de cargos públicos;
 - k. Comprovante de Escolaridade;
 - I. Comprovante Vacina Rubéola (obrigatório para o cargo de Professor).
- 10.8. A não apresentação dos documentos acima, por ocasião da contratação, implicará na impossibilidade de aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Processo Seletivo.
- 10.9. Os candidatos com deficiência, se aprovados e classificados, serão submetidos a uma Junta Médica Oficial para a verificação da deficiência, bem como da compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo.

CAPÍTULO XI - DO VÍNCULO E DO REGIME PREVIDENCIÁRIO

11.1. Os candidatos contratados serão regidos pelo Regime Jurídico do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Piratuba e serão filiados ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, como contribuintes obrigatórios do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.



CAPÍTULO XII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. A inexatidão das informações, falta e/ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente, eliminarão o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.
- 12.2. Os casos omissos serão resolvidos peço Município de Piratuba em conjunto com a Concursos SS1.
- 12.3. Faz parte do presente Edital:
 - Anexo I Descritivo das Atribuições dos Cargos;
 - Anexo II Conteúdos Programáticos e/ou Referências Bibliográficas;
 - Anexo III Relação de Títulos;
 - Anexo IV Requerimento Pessoas com Deficiência;
 - Anexo V Requerimento de Isenção do Valor da Inscrição;
 - Anexo VI Cronograma de Eventos.

Município de Piratuba, 21 de dezembro de 2018.

OLMIR PAULINHO BENJAMINI Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se



ANEXO I - DESCRITIVO DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS EXTERNOS

Zelar e cuidar da conservação de equipamentos públicos municipais, tais como escolas e praças; percorrer a área sob a sua responsabilidade; inspecionar no sentido de impedir incêndios e depredações; comunicar qualquer irregularidade verificada; efetuar pequenos reparos e consertos; providenciar os serviços de manutenção em geral; ter sob a sua guarda materiais destinados às atividades de seu setor de trabalho e outros; zelar pela limpeza e conservação de praças, parques, jardins, recintos e prédios; solicitar e manter controle de materiais necessários à limpeza, manutenção e conservação dos locais sob sua responsabilidade; Conduzir ao local de trabalho equipamentos técnicos; executar tarefas auxiliares, tais como: fabricação e colocação de cabos em ferramentas, montagem e desmontagem de motores, máquinas, confecção e conserto de capas e estofamentos: operar, entre outras, máquinas de pequeno porte, serras, cortador de grama, máquinas de fabricar telas, arame e similares; acender forjas; auxiliar serviços de jardinagem; cuidar de árvores frutíferas; lavar, lubrificar e abastecer veículos e motores; limpar estátuas e monumentos; abastecer máquinas; Auxiliar na preparação de asfalto; manejar instrumentos agrícolas; executar serviços de lavoura (plantio, colheita, preparo de terreno, adubações, pulverizações e similares); aplicar inseticidas e fungicidas; zelar pelo funcionamento e limpeza de equipamentos utilizados ou em uso; carregar e descarregar veículos em geral; transportar, arrumar e elevar mercadorias, materiais de construção, móveis e outros; fazer mudanças; proceder à abertura de valas; efetuar serviço de capina em geral; varrer, escovar, lavar e remover lixos e detritos das vias públicas e próprios municipais; zelar pela conservação e manutenção de sanitários públicos; auxiliar em tarefas de construção, calçamento e pavimentação em geral; Auxiliar no recebimento, pesagem e contagem de materiais; aplicar inseticida e fungicidas; cuidar de currais e terrenos baldios; alimentar animais sob supervisão; lavar peças e dependências de oficinas, garagens e similares; executar serviços de jardinagem compreendendo: semeadura, transplante de mudas, poda, preparação e conservação do solo de praças e jardins públicos; irrigar, adubar e conservar o solo apropriado para produção de mudas; controlar a produção e distribuição de mudas do viveiro municipal; coletar sementes e mudas de plantas nativas; distribuir, mediante autorização superior as mudas do viveiro municipal; relatar anormalidades verificadas; zelar pelas instalações do viveiro de mudas do Município; fazer os trabalhos necessários para o assentamento de pedras irregulares, paralelepípedos ou alvenaria poliédrica, tais como: determinar o alinhamento da obra, preparar o solo, assentar pedras, lajes e mosaicos; fazer rejuntamento de pedras com asfalto; abrir, repor e consertar calçamentos; fazer assentamentos de meio-fio; executar tarefas afins.

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS

Fazer os serviços de faxina em geral; remover o pó de móveis, paredes, tetos, portas, janelas e equipamentos; limpar escadas, pisos, passadeiras, tapetes e utensílios; limpar, arrumar e desinfetar banheiros e toaletes; auxiliar na arrumação e troca de roupa de cama; lavar e encerar assoalhos; Lavar e passar vestuários, roupas de cama e mesa; coletar lixo dos depósitos colocando-os em recipientes adequados; lavar vidros, espelhos, persianas; varrer pátios; fazer café e similares e servir; fechar portas, janelas e outras vias de acesso; operar elevadores; preparar e servir alimentos; executar tarefas de limpeza do ambiente, móveis e utensílios; limpar e preparar cereais, vegetais, carnes de variadas espécies para cozimento; auxiliar no preparo de dietas especiais e normais; preparar refeições; preparar e servir merendas; proceder à limpeza de utensílios, aparelhos e equipamentos; auxiliar no controle do estoque de material e gêneros alimentícios; manter a higiene em locais de trabalho; guardar e conservar os alimentos em vasilhames e locais apropriados; fazer o serviço de limpeza em geral; executar outras tarefas afins.

AUXILIAR DE CRECHE

Descrição Sintética: Executar atribuições em creches e outras instituições municipais, geralmente em atividades técnicas, com experiência especial e compreendendo trabalho de responsabilidade e qualificação.

Descrição Analítica: Atender crianças de 0 e 3 anos e onze meses de idade nas áreas afetiva, psicomotora e cognitiva; planejar atividades para desenvolver a criança como um ser integral em todas as áreas; participar de reuniões de estudo, planejamento e aperfeiçoamento com a supervisão pedagógica e orientação psicológica; atender a criança nas necessidades básicas; alimentação, sono, higiene e atividades físicas e recreativas; estimular a criatividade durante as



atividades desenvolvidas; cumprir as normas internas do núcleo, bem como diretrizes emanadas do órgão próprio, assumindo responsavelmente as atribuições inerentes a sua profissão; desenvolver os programas de atividades, de acordo com a orientação recebida por parte da supervisão técnico-pedagógica; utilizar todos os recursos existentes no núcleo que visem o crescimento da criança e a qualificação do ensino; elaborar planos de ensino adequados à realidade e faixa etária das crianças e passíveis de aplicação; participar de reuniões da Associação de Pais e Educadores; entregar no prazo estabelecido pela direção e coordenação, os documentos solicitados; manter contato com os pais, a fim de buscar subsídios para melhor compreender e atender as crianças; permanecer junto às crianças o tempo todo, evitando acidentes; controlar a freqüência dos menores nos respectivos núcleos; responsabilizar-se pelo material solicitado; dar em toda a sua atenção, exemplo de conduta equilibrada, de acordo com as regras morais, sociais, éticas e profissionais de sociedade; executar tarefas afins.

CUIDADOR ESCOLAR

No exercício do cargo compete precipuamente: Acompanhar e auxiliar a pessoa/aluno com deficiência severamente comprometida no desenvolvimento das atividades rotineiras, cuidando para que ela tenha suas necessidades básicas (fisiológicas e afetivas) satisfeitas, fazendo por ela somente as atividades que ela não consiga fazer de forma autônoma; Auxiliar os professores no desenvolvimento de atividades com alunos portadores de necessidades especiais; Atuar como elo entre a pessoa cuidada, a família e a equipe da escola; Escutar, estar atento e ser solidário com a pessoa cuidada; Auxiliar nos cuidados e hábitos de higiene; Estimular e ajudar na alimentação e na constituição de hábitos alimentares; Auxiliar na locomoção; Realizar mudanças de posição para maior conforto da pessoa; Comunicar à equipe da escola sobre quaisquer alterações de comportamento da pessoa cuidada que possam ser observadas; Acompanhar outras situações que se fizerem necessárias para a realização das atividades cotidianas da pessoa com deficiência durante a permanência na escola. Atuar na recreação de alunos; Auxiliar no embarque e desembarque de alunos no transporte escolar (ponto de origem-escola; escola-ponto de origem). Verificar se todos os alunos estão assentados adequadamente dentro do veículo de transporte escolar. Orientar os alunos quanto ao risco de acidente, evitando colocar partes do corpo para fora da janela. Zelar pela limpeza e conservação do veículo de transporte escolar, durante e depois do trajeto. Identificar a instituição de ensino dos respectivos alunos e deixá-los dentro do local. Ajudar os alunos a subir e descer as escadas do veículo de transporte escolar. Verificar a segurança dos alunos no momento do embarque e desembarque. Zelar pela segurança dos alunos durante o transporte escolar, verificando o fechamento das portas do veículo e orientando-os quanto ao uso do cinto de segurança. Verificar os horários do transporte escolar, informando os pais e alunos. Conferir se todos os alunos frequentes no dia estão retornando para o ponto de origem. Ajudar os pais, de alunos especiais, na locomoção dos mesmos. Cuidar da segurança dos alunos nas dependências e proximidades da escola e durante o transporte escolar. Inspecionar o comportamento dos alunos no ambiente escolar e durante o transporte escolar. Orientar os alunos sobre regras e procedimentos, do regimento escolar e cumprimento de horários. Prestar apoio as atividades acadêmicas, controlando e definindo limites nas atividades livres dos alunos, orientando entrada e saída dos alunos, fiscalizando espaços de recreação. Auxiliar na organização e manutenção do ambiente escolar. Realizar outras atividades correlatas a função de cuidador escolar relacionados aos alunos.

FACILITADOR DE BIBLIOTECA ESCOLAR

Disponibilizar aos utilizadores as regras estabelecidas para o uso do espaço e dos recursos da biblioteca; Desenvolver e manter atualizadas e acessíveis bases de dados onde conste toda a documentação existente para consulta na Biblioteca; Desenvolver nos alunos competências e hábitos de trabalho baseados na consulta, tratamento e produção de informação; Proporcionar aos alunos e professores um espaço aberto onde poderão encontrar apoio e orientação; Facilitar o acesso dos utilizadores à consulta e leitura de livros, jornais e revistas e outro tipo de documentação, procurando assim dar resposta às suas necessidades de pesquisa / informação e lazer; Fomentar o gosto pela leitura como instrumento de trabalho, de ocupação de tempos livres e de prazer, contribuindo para o desenvolvimento cultural dos utilizadores; Registrar, Catalogar, Classificar todas as novas entradas adquiridas ou oferecidas, bem como o controle de aquisições e empréstimos; Desenvolver o respeito pelo uso da propriedade comum incutindo um espírito de cooperação e de partilha; Facilitar o acesso ao livro e outros materiais informativos através da realização de feiras/mostras do livro; Divulgar o acervo bibliográfico existente na Biblioteca; Controlar, monitorar e zelar pelo uso de todos os equipamentos existentes na



biblioteca; Planejar a organização e o funcionamento da Biblioteca, com preparação de cronograma antecipado das atividades; Coordenar e supervisionar as atividades pertinentes à função; Manter organizado o acervo; Inserir as obras no sistema informatizado; Conferir o estado de conservação dos materiais, proceder à higienização, restaurar obras e materiais danificados e promover campanhas educativas e preventivas para o cuidado e manuseio de materiais bibliográficos; Receber e orientar os visitantes. Executar outras atividades correlatas e afins relacionada a Biblioteca Escolar.

FACILITADOR EM INFORMÁTICA EDUCACIONAL

Descrição Sintética: Ministrar e orientar a aprendizagem do aluno; participar no processo de planejamento das atividades da escola; organizar as operações inerentes ao processo do ensino-aprendizagem, com ênfase à informática educacional. Descrição Analítica: Planejar e executar o trabalho docente; levantar e interpretar dados relativos à realidade de sua clientela; estabelecer mecanismos de avaliação; constatar necessidades e carências do aluno e propor o seu encaminhamento a setores específicos de atendimento; cooperar com a coordenação pedagógica e orientação educacional organizar registros de observações do aluno; participar de atividades extraclasses; coordenar área de estudo; manter registros e desenvolver relatórios; orientar a aprendizagem de alunos; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem, na área da informática; participar de atividades junto às escolas; contribuir para aprimorar a qualidade de ensino; ministrar aulas de informática educacional à clientela da Rede Municipal de Ensino; planejar, acompanhar e avaliar o desempenho dos alunos, mantendo atualizado o registro de freqüência e aproveitamento; favorecer a integração com a comunidade escolar realizando jornadas de estudos e/ou cursos referentes à informática educacional; participar das demais atividades pela Secretaria de Educação e Cultura do Município; realizar tarefas afins.

MONITOR ARTÍSTICO

Desenvolver atividades de complexidade em nível médio na área especificada, sendo: Ministrar aulas de música, teatro, dança, artesanato e diversas modalidades culturas desejadas nas diversas faixas etárias; Planejar a atividade de acordo com objetivos específicos e diretrizes de ação da Fundação de Cultura e Eventos de Piratuba - FCEP. Avaliar os resultados alcançados com as práticas de ensino específico; Atender o aluno/cursistas segundo o seu plano individual e de acordo com o planejamento da atividade, bem como integrar suas atividades com outras áreas; Providenciar as condições necessárias de materiais e equipamentos para a realização dos processos culturais; Monitorar o desempenho dos alunos em frequência, evasão e inadimplência; Realizar ações de práticas artísticas para apresentações públicas; Gerir grupos artísticos, bem como, suporte e acompanhamento em apresentações públicas, bem como orientar núcleos de pesquisa em nas áreas específicas de sua atuação; Operar sistemas de planejamento e estatística, respondendo pela elaboração dos projetos e preenchimento de mapas estatísticos. Dirigir coros e grupos vocais, bem como grupos musicais, artísticos, teatrais, bem como monitorar projetos pedagógicos na área. Supervisionar acompanhar e orientar estagiários quando necessário. Coordenar e acompanhar a elaboração e a execução do planejamento das Programações Culturais; Responder pela gestão do programa cultura em todas as linguagens no âmbito da unidade executiva, inclusive no que se referem a espaços, material, finanças e atividades administrativas da área, quando designado a exercer as atividades de supervisão de cultura. Desenvolver atividades relacionadas; Colaborar no desenvolvimento de projetos de fomento à música e a cultura; Motivar os alunos/cursistas a participação em apresentações culturais; Organizar, planejar e preparar as aulas; Prestar informações sobre o andamento das aulas à chefia imediata ou a quem de direito; Manter atualizado cadastro, lista de chamada e demais informações dos alunos, cursistas; Zelar pelo patrimônio e interesse público; Participar, auxiliar e colaborar com os eventos culturais do Município que forem solicitados a participação.

NUTRICIONISTA

Planejar e elaborar cardápios em geral, baseando-se nos valores protético-calóricos, no estudo dos meios e técnicas de introdução de produtos mais nutritivos, respeitando os hábitos alimentares praticados e aceitação dos alimentos; Planejar a pauta de compra de gêneros alimentícios, necessários à composição dos cardápios; Controlar a estocagem, preparação, conservação e distribuição dos alimentos; Assegurar a execução dos cardápios e armazenamento dos produtos, conforme as orientações técnicas do programa de merenda escolar, através de cursos ofertados; Garantir a qualidade dos alimentos e serviços da área; Comprar alimentos, materiais e utensílios de cozinha; Pesquisar e estudar a introdução de cardápios e de produtos imatura, bem como sobre a estocagem e distribuição dos produtos; Acompanhar e avaliar a execução dos



cardápios, assegurando uma alimentação de qualidade; Desenvolver programas de educação alimentar; Desenvolver e apresentar estudos técnicos para a melhoria dos serviços; Proceder visitas técnicas nas escolas para fazer a supervisão dos serviços de alimentação; fazer reuniões para observar o nível de rendimento, habilidade, higiene e aceitação dos alimentos pelos comensais, para racionalizar e melhorar o padrão técnico dos serviços; Executar outras tarefas correlatas.

ODONTÓLOGO

Atendimentos aos Programas das Especificidades da Saúde da Família: Realiza exames nos dentes e na cavidade bucal, utilizando aparelhos específicos para verificar a presença de cáries e outras afecções; Prioriza o atendimento a pacientes que apresentem quadros de infecção e dor; Identifica afecções, quanto à extensão e profundidade, valendo-se de instrumentos e exames adequados para estabelecer o tipo de tratamento; Realiza exames nos dentes e na cavidade bucal, utilizando aparelhos específicos para verificar a presenca de cáries e outras afecções; Prioriza o atendimento a pacientes que apresentem quadros de infecção e dor; Identifica afecções, quanto à extensão e profundidade, valendo-se de instrumentos e exames adequados para estabelecer o tipo de tratamento; Efetua administração de anestésicos, para dar conforto ao paciente e facilitar o tratamento; Efetua restaurações, extrações, limpeza profilática, selante, aplicação de flúor e demais procedimentos necessários; Realiza a limpeza profilática dos dentes e gengivas, extraindo o tártaro para eliminar a instalação de focos de infecção; Substitui ou restaura partes da coroa dentária, colocando incrustações ou coroas protéticas para completar ou substituir o órgão dentário; Orienta os pacientes quanto os cuidados com a higiene bucal; Prescreve ou administra medicamentos para prevenir hemorragia pós-cirúrgica ou tratar de infecções da boca e dentes; Participa da equipe multidisciplinar, efetuando treinamentos e desenvolvendo programas e projetos; Registra os dados coletados lançando-os em fichas individuais, para acompanhar a evolução do tratamento; Prescreve medicamentos quando necessário; Providencia o preenchimento das fichas e relatórios informando as atividades dos serviços prestados; Aconselha os pacientes quanto aos cuidados de higiene, orientando-os na proteção dos dentes e gengivas; Colabora com a limpeza e organização do local de trabalho;

PROFESSOR (TODOS)

Participar da elaboração da proposta pedagógica da Escola Básica e/ou do Centro de Educação Infantil; elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo proposta pedagógica da Escola e/ou do Centro de Educação infantil; construir a aprendizagem dos alunos em co-responsabilidade com os pais, direção e Secretaria Municipal de Educação; desenvolver a avaliação dos alunos de forma diagnóstica, global, contínua, permanente e emancipatória e estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; ministrar as aulas nos dias letivos estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; cumprir o horário de trabalho; buscar dentro do exercício de sua função aperfeiçoamento e estudo constante. relacionar-se com ética aos colegas, servidores, alunos, pais e a comunidade em geral; contribuir na construção e implementação do Projeto Político-Pedagógico da Rede Municipal de Ensino e da Unidade em que atua, analisando e propondo, construir um processo de participação nos coletivos priorizando decisões coletivas e não individuais; zelar pela permanência de todos os alunos na Escola ou Centro de Educação Infantil prevenindo a evasão escolar; realizar avaliações do seu trabalho, do trabalho da Escola ou Centro de Educação Infantil e da participação dos pais e alunos de forma a verificar os problemas a serem enfrentados; promover experiências de ensino-aprendizagem diversificadas para atender as diferenças individuais sem discriminar as minorias étnicas, religiosas de gênero, de classe; estar atento às dificuldades que os alunos encontram, auxiliando-os; realizar todos os registros escritos necessários para se garantir o acompanhamento aos alunos; zelar pela conservação e limpeza dos bens materiais da escola; ter como princípio fundamental no seu trabalho de educador, a interdisciplinaridade, a totalidade dos conhecimentos e a não fragmentação do saber, isto é, que os alunos tenham a capacidade de formar as próprias opiniões e fundamentá-las e que o conhecimento o faça compreender o mundo e as relações que o cercam; nortear-se a si mesmo, aos colegas, alunos e pais pela democracia, sensibilidade social e cidadania como princípios de convivência humana; garantir aos alunos um processo educacional dialógico; incentivar a organização coletiva dos diferentes segmentos da escola (Grêmio Estudantil, Conselhos Escolares, associações); discutir e implementar o Regimento Escolar como base de sustentação legal da escola que se quer; participar das atividades planejadas pela Escola ou Centro de Educação Infantil; participar das atividades planejadas pela



Secretaria Municipal de Educação mesmo que no exercício do cargo exigir a prestação de serviço à noite, sábados, domingos e feriados.

PSICÓLOGO EDUCACIONAL

Colabora com a adequação, por parte dos educadores, de conhecimentos da Psicologia que lhes sejam úteis na consecução crítica e reflexiva de seus papéis. Desenvolve trabalhos com educadores e alunos, visando a explicitação e a superação de entraves institucionais ao funcionamento produtivo das equipes e ao crescimento individual de seus integrantes. Elabora e executa procedimentos destinados ao conhecimento da relação professor-aluno, em situações escolares específicas, visando, através de uma ação coletiva e interdisciplinar a implementação de uma metodologia de ensino que favoreça a aprendizagem e o desenvolvimento. Planeja, executa e/ou participa de pesquisas relacionadas a compreensão de processo ensino-aprendizagem e conhecimento das características Psicossociais da clientela, visando a atualização e reconstrução do projeto pedagógico da escola, relevante para o ensino, bem como suas condições de desenvolvimento e aprendizagem, com a finalidade de fundamentar a atuação crítica do Psicólogo, dos professores e usuários e de criar programas educacionais completos, alternativos, ou complementares. Participa do trabalho das equipes de planejamento pedagógico, currículo e políticas educacionais, concentrando sua ação naqueles aspectos que digam respeito aos processos de desenvolvimento humano, de aprendizagem e das relações interpessoais, bem como participa da constante avaliação e do redirecionamento dos planos, e praticas educacionais implementados. Desenvolve programas de orientação profissional, visando um melhor aproveitamento e desenvolvimento do potencial humano, fundamentados no conhecimento psicológico e numa visão crítica do trabalho e das relações do mercado de trabalho. Diagnostica as dificuldades dos alunos dentro do sistema educacional e encaminha, aos serviços de atendimento da comunidade, aqueles que requeiram diagnostico e tratamento de problemas psicológicos específicos, cuja natureza transcenda a possibilidade de solução na escola, buscando sempre a atuação integrada entre escola e a comunidade. Supervisiona, orienta e executa trabalhos na área de Psicologia Educacional.

TÉCNICO ARTÍSTICO

Desenvolver atividades de complexidade superior na área especificada, sendo: Ministrar aulas de música, teatro, dança, artesanato e diversas modalidades culturas desejadas nas diversas faixas etárias; Planejar a atividade de acordo com objetivos específicos e diretrizes de ação da Fundação de Cultura e Eventos de Piratuba — FCEP. Avaliar os resultados alcançados com as práticas de ensino específico; Atender o aluno/cursistas segundo o seu plano individual e de acordo com o planejamento da atividade, bem como integrar suas atividades com outras áreas; Providenciar as condições necessárias de materiais e equipamentos para a realização dos processos culturais; Monitorar o desempenho dos alunos em frequência, evasão e inadimplência; Realizar ações de práticas artísticas para apresentações públicas; da área, quando designado a exercer as atividades de supervisão de cultura; Desenvolver atividades relacionadas; Colaborar no desenvolvimento de projetos de fomento à música e a cultura; Motivar os alunos/cursistas a participação em apresentações culturais; Organizar, planejar e preparar as aulas; Prestar informações sobre o andamento das aulas à chefia imediata ou a quem de direito; Manter atualizado cadastro, lista de chamada e demais informações dos alunos, cursistas; Zelar pelo patrimônio e interesse público; Participar, auxiliar e colaborar com os eventos culturais do Município que forem solicitados a participação.



ANEXO II - CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E/OU REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Para os cargos da TABELA 1 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS EXTERNOS e AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS

PORTUGUÊS - Comum a ambos

<u>Conteúdos</u>: 1) Interpretação de texto: ideia central; leitura e compreensão das informações; vocabulário; substituição de palavras e expressões no texto. 2) Ortografia. 3) Acentuação. 4) Classes de palavras - identificação e flexões. 5) Sinônimos e antônimos.

LEGISLAÇÃO, CONHECIMENTOS GERAIS E CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS EXTERNOS

Conteúdos - Legislação e Conhecimentos Gerais: 1) Piratuba: a) História do Município. b) Símbolos municipais. b) Dados gerais do município. 2) Conhecimentos sobre: a) Cidadania e consciência ecológica; b) Desenvolvimento sustentável; c) 3R's (Reduzir, Reutilizar, Reciclar). 3) Prevenção e combate a incêndio. 4) Noções sobre primeiros socorros. 5) Legislação.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil Com as Emendas Constitucionais.
- PIRATUBA. Lei Orgânica do Município de Piratuba.
- PIRATUBA. Lei Complementar nº 065/2015 de 02 de janeiro de 2015. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Piratuba.
- https://www.piratuba.sc.gov.br/
- Manuais, livros e apostilas com os conteúdos indicados.

<u>Conteúdos - Conhecimentos Específicos</u>: <u>Conteúdos</u>: 1) Noções gerais sobre: alvenaria, marcenaria, pintura, jardinagem. 2) Limpeza e higiene em geral. 3) Conhecimento de equipamentos, materiais e ferramentas de trabalho. 4) Recebimento e controle de estoque de materiais. 5) Limpeza e conservação dos objetos de uso, de equipamentos e do local de trabalho. 6) Remoção de lixos e detritos, destino e seleção do lixo. 7) Segurança e higiene do trabalho. 8) Primeiros Socorros. 9) Acidente de trabalho e prevenção de acidentes de trabalho. 10) Uso de equipamentos de proteção individual - EPIs. 11) Ergonomia. Referências Bibliográficas:

- Manuais, livros e apostilas com os conteúdos indicados.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS INTERNOS

<u>Conteúdos - Legislação e Conhecimentos Gerais</u>: 1) Piratuba: a) História do Município. b) Símbolos municipais. b) Dados gerais do município. 2) Conhecimentos sobre: a) Cidadania e consciência ecológica; b) Desenvolvimento sustentável; c) 3R's (Reduzir, Reutilizar, Reciclar). 3) Prevenção e combate a incêndio. 4) Noções sobre primeiros socorros. 5) Legislação. Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil Com as Emendas Constitucionais.
- PIRATUBA. Lei Orgânica do Município de Piratuba.
- PIRATUBA. Lei Complementar nº 065/2015 de 02 de janeiro de 2015. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Piratuba.
- https://www.piratuba.sc.gov.br/
- Manuais, livros e apostilas com os conteúdos indicados.

<u>Conteúdos - Conhecimentos Específicos</u>: 1) Noções gerais sobre: limpeza e higiene em geral. 2) Remoção de lixos e detritos. 3) Noções gerais sobre: a) alimentos, b) função dos alimentos, c) vitaminas e nutrientes, d) estocagem dos alimentos, e) controle de estoque, f) reaproveitamento de alimentos, g) higienização, conservação e validade dos alimentos. 4) Merenda escolar. 5) Segurança e higiene do trabalho. 6) Limpeza e conservação dos objetos de uso, de equipamentos e do local de trabalho. 7) Remoção de lixo e detritos, destino e seleção. 8) Acidente de trabalho e prevenção de acidentes de trabalho. 9) Uso de equipamentos de proteção individual - EPIs. Referências Bibliográficas:

- Manuais, livros e apostilas com os conteúdos indicados.



Para os cargos da TABELA 2 - AUXILIAR DE CRECHE, CUIDADOR ESCOLAR, FACILITADOR DE BIBLIOTECA ESCOLAR, FACILITADOR EM INFORMÁTICA EDUCACIONAL, MONITOR ARTÍSTICO, NUTRICIONISTA, ODONTÓLOGO, PSICÓLOGO EDUCACIONAL e TÉCNICO ARTÍSTICO

PORTUGUÊS - Comum a todos

Conteúdos: 1) Compreensão e interpretação de textos: ideia central e intenção comunicativa; estruturação e articulação do texto; significado contextual de palavras e expressões; pressuposições e inferências; emprego de nexos e outros recursos coesivos. 2) Ortografia. 3) Acentuação gráfica. 4) Sinonímia/Antonímia. Homonímia/Paronímia. 5) Classes de palavras. 6) Flexão nominal e verbal. 7) Colocação pronominal. 8) Emprego de modos verbais. 9) Vozes do verbo. 10) Concordância nominal e verbal. 11) Regência nominal e verbal. 12) Paralelismo de regência. 13) Ocorrência de crase. 14) Pontuação. 15) Termos da oração. 16) Processos de coordenação e subordinação.

CONHECIMENTOS GERAIS - Comum a todos

<u>Conteúdos</u>: 1) Piratuba: a) História do Município. b) Símbolos municipais. b) Dados gerais do município. 2) Conhecimentos sobre: a) Cidadania e consciência ecológica; b) Desenvolvimento sustentável; c) 3R's (Reduzir, Reutilizar, Reciclar). 3) Prevenção e combate a incêndio. 4) Noções sobre primeiros socorros. 5) Legislação.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil Com as Emendas Constitucionais.
- PIRATUBA. Lei Orgânica do Município de Piratuba.
- PIRATUBA. Lei Complementar nº 065/2015 de 02 de janeiro de 2015. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Piratuba.
- https://www.piratuba.sc.gov.br/
- Manuais, livros e apostilas com os conteúdos indicados.

LEGISLAÇÃO E CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

AUXILIAR DE CRECHE

Conteúdos: 1) Relações entre família e escola. 2) Questionamentos sobre cuidados e atenção com crianças. 3) Desenvolvimento Infantil. 4) Organização dos espaços na Educação Infantil. 5) Limites. 6) Rotina na Educação Infantil. 7) O jogo e o brincar. 8) O lúdico como instrumento de aprendizagem. 9) Atendimento em creches. 10) Adaptação à escola: escola e família. 11) Política Nacional de Educação Infantil. 12) Referencial Curricular para Educação Infantil. 13) Educação especial e educação inclusiva. 14) Relacionamento Pais e Escola, Ambiente Educacional e Familiar, Participação dos Pais. 15) História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. 16) Educação das Relações Étnico-Raciais. 17) Educação para Todos. 18) Hábitos de higiene. 19) Alimentação e Nutrição. 20) Primeiros socorros. 21) Legislação. Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e alterações. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e alterações. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências
- BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação PNE.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 e alterações. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- PIRATUBA. Lei Complementar nº 087/2017, de 13 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino de Piratuba.
- BRASIL. Ministério da Educação. Brinquedos e Brincadeiras de Creche. Manual de Orientação Pedagógica.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coleção Educação para Todos.
- BRASIL. Ministério da Educação. Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças.
- BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
- BRASIL. Ministério da Educação. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. SECAD, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Vol. I, II e III.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil** Estratégias e orientações para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica: Educação Infantil.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria da Educação Especial**: Educar na Diversidade, Material de Formação Docente 2006.



- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial: Saberes e Práticas da Inclusão Educação Infantil.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria da Educação Especial**: Brincar para Todos.
- BRASIL. Ministério da Saúde. A creche como promotora da amamentação e da alimentação adequada e saudável Livreto para gestores.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Alimentação saudável para crianças menores de dois anos.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Dez Passos Para Uma Alimentação Saudável.
- BRASIL. Ministério da Saúde. O cuidado às crianças em desenvolvimento: orientações para as famílias e cuidadores.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de Atividades Promoção da Alimentação Adequada e Saudável Educação Infantil.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de Atividades Promoção da Alimentação Adequada e Saudável Ensino Fundamental I.
- ARIÉS, Phillipe. História social da criança e da família.
- BARBOSA, Maria Carmen da Silveira. Por amor e por força: rotinas na educação infantil. Artmed.
- BRAZELTON, T. Berry. SPARROW, Joshua D. 3 a 6 anos: momentos decisivos do desenvolvimento infantil. Artmed.
- CRAIDY, Carmen Maria; KAERCHER, Gladis. Educação Infantil pra que te quero? Artmed.
- GOLDSCHMIED, Elinor. Educação de 0 a 3 anos: o atendimento em creche. Artmed.
- HORN, Maria da Graça Souza. Sabores, cores, sons, aromas: a organização dos espaços na educação infantil. Artmed.
- MACHADO, Patrícia Brum. Comportamento Infantil: estabelecendo limites. Mediação.
- MOYLES, Janet R. Só brincar? O papel do brincar na educação infantil. Artmed.
- PEREIRA, Denise Zimpek e outros. Criando crianças. Editora Artmed.
- RAPOPORT, Andrea. Adaptação de bebês à creche: a importância da atenção de pais e educadores. Mediação.
- ZABALZA, Miguel. Qualidade na educação infantil. Artmed.
- Livros e Manuais sobre os conteúdos indicados.

CUIDADOR ESCOLAR

<u>Conteúdos</u>: 1) Desenvolvimento da criança e do adolescente. 2) Educação e sociedade. 3) Cuidados e atenção com crianças e adolescentes. 4) Adaptação à escola: escola e família. 5) Limites, disciplina e educação. 6) Rotina. 7) Teorias educacionais. 8) Organização dos espaços na educação. 9) Inclusão. 10) Conceito de necessidades educacionais especiais. 11) Fundamentos da educação inclusiva. 12) Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. 13) Cidadania. 14) Parâmetros Curriculares Nacionais. 15) Hábitos de higiene. 16) Alimentação e Noções gerais de nutrição. 17) Primeiros socorros. 18) Legislação. Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e alterações. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e alterações. Estatuto da Criança e do Adolescente ECA.
- BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 e alterações. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- PIRATUBA. Lei Complementar nº 087/2017, de 13 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino de Piratuba.
- ARIÉS, Phillipe. História social da criança e da família. Guanabara.
- BRASIL. Ministério da Educação. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar. (Todos os fascículos).
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Adaptações Curriculares estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais.
- BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Educação Inclusiva:** Direito à diversidade A Escola.
- BRASIL. Ministério da Educação. Programa Educação Inclusiva: Direito à diversidade A Família.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Educação Inclusiva:** Direito à diversidade A Fundamentação Filosófica.
- BRASIL. Ministério da Educação. Programa Educação Inclusiva: Direito à diversidade O Município.
- BRASIL. Ministério da Educação. Saberes e Práticas da inclusão Educação Infantil.
- BRASIL. Ministério da Educação. Saberes e Práticas da inclusão Ensino Fundamental.
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa de Formação de Professores de Educação Infantil.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil**. Série Cadernos de Atenção Básica, n.11. Brasília, 2002.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Dez Passos para uma Alimentação Saudável**. Brasília, 2002.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde na Escola. Série Cadernos de Atenção Básica, n.24. Brasília, 2009.
- COLEÇÃO Proinfantil: Módulo III, Unidade 6, Livro de Estudo Vol. 2.



- COLL, C.; MARCHESI, A.; PALACIOS J. Desenvolvimento psicológico e educação. Vol. 1, 2 e 3. Artmed.
- FONSECA, Vitor da. Educação Especial: programa de estimulação precoce, uma introdução às ideias de Feuerstein.
- MANTOVANI, Mariângela. Quando é Necessário Dizer Não. Editora Paulinas.
- OUTEIRAL, José O. Adolescer Estudos Revisados sobre Adolescência. Revinter.
- PEREIRA, Denise Zimpek [et al.]. Criando crianças. Artmed.
- STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. Inclusão: um guia para educadores. Trad. Magda França Lopes. Artmed.
- TIBA, Içami. Adolescentes: Quem ama, Educa! Integrare.
- TIBA, Içami. Disciplina, limite na medida certa. Editora Gente.
- ZABALZA, Miguel A. Qualidade em educação infantil. Artmed.
- ZAGURY, Tania. Limites sem trauma. Record.
- Manuais e livros diversos com os conteúdos indicados.

FACILITADOR DE BIBLIOTECA ESCOLAR

<u>Conteúdos</u>: 1) Administração de Bibliotecas: Organização. Planejamento. Marketing em unidades de informação. 2) Técnicas Biblioteconômicas: Técnicas de conservação de livros e materiais especiais. Normalização da informação. Armazenamento de dados em bases eletrônicas. Softwares de bibliotecas. Sistema de recuperação da informação. MARC bibliográfico. 3) Referências Bibliográficas e Referência: Fontes de informação impressa, eletrônica e/ou digitais. Atendimento de usuários. 4) Técnico em Biblioteconomia e Auxiliar de Biblioteca. 5) Biblioteconomia - Legislação. 6) Legislação.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e alterações. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e alterações. Estatuto da Criança e do Adolescente ECA.
- BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 06 de julho de 2015 e alterações. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- PIRATUBA. Lei Complementar nº 087/2017, de 13 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino de Piratuba.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação: Referências Elaboração. Rio de Janeiro, 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6028: Informação e documentação: Resumo: Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: Informação e documentação: Citações em documentos Apresentação.
 Rio de Janeiro, 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação: Trabalhos acadêmicos Apresentação. Rio de Janeiro. 2005.
- BRASIL. Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003 e alterações. Institui a Política Nacional do Livro.
- BRASIL. Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.
- ABRUNHOSA, J.J. Coletânea sobre preservação & conservação de acervos em bibliotecas brasileiras. Êxito Brasil.
- ALMEIDA, M.C.B. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. Briquet de Lemos.
- AMARAL, S.A. **Marketing**: abordagem em unidades de informação. Thesaurus.
- BRITISH Library. National Preservation Office. Preservação de documentos: métodos e práticas de salvaguarda. Edufba.
- CAMPELLO, B. Biblioteca Escolar: Conhecimentos que sustentam a prática. Autêntica.
- CAMPELLO, B.S.; CALDEIRA, P.T. Introdução às fontes de informação. Autêntica.
- CORTE, A.R.; ALMEIDA, I.M.; ROCHA, E.G.; et al. Avaliação de softwares para bibliotecas e arquivos. Polis.
- CRUZ, A.C.; MENDES, M.T.R.; WEITZEL, S.R. A biblioteca: o técnico e suas tarefas. Intertexto.
- FONSECA, E.N. Introdução à biblioteconomia. Briquet de Lemos.
- FURRIE, B. O MARC bibliográfico: um guia introdutório. Tesauros.
- GARCIA, E.G. Biblioteca Escolar estrutura e funcionamento. Loyola.
- GROGAN, D. A prática do serviço de referência. Briquet de Lemos/Livros.
- PASQUARELLI, M.L.R. Procedimentos para busca e uso da informação: capacitação do aluno de graduação. Thesaurus.
- ROWLEY, J. A biblioteca eletrônica. Briquet de Lemos
- SILVA, D.A.; ARAÚJO, I.A. Auxiliar de biblioteca: técnicas e práticas para formação profissional. Thesaurus.
- TACQUES, M.N.M. (Org.). Manual para entrada de dados em formato MARC. Fundação Biblioteca Nacional.



FACILITADOR EM INFORMÁTICA EDUCACIONAL

Conteúdos: 1) Informática em Geral: conceitos. 2) Periféricos de um Computador. 3) Hardware: conceitos básicos, instalação, configuração e manutenção de dispositivos de hardware, funcionamento de componentes e periféricos: placa motherboard, memória RAM, placa de rede, fax-modem, monitor de vídeo, drive de CD-ROM e DVD-ROM, dispositivos de armazenamento de dados, teclado e mouse. 4) Segurança da Informação: conceitos de segurança da informação, segurança física e segurança lógica, ataques e proteções relativos a hardware, software, sistemas operacionais e redes, firewalls e proxies, sistemas de Backup (tipos de backups, planos de contingência e meios de armazenamento para backups), vírus de computador (tipos de vírus, danos causados por vírus, antivírus, Cavalo de Tróia, Spoof e negação de serviço), spywares, malware, criptografia, IPSEC, assinatura digital e autenticação. 5) Instalação, configuração, utilização e manutenção do Sistema Operacional Windows (a partir da versão XP). 6) Aplicativos Básicos (Bloco de notas, Calculadora, Paint, WordPad). 7) Instalação, configuração, manutenção e utilização: Word (a partir da versão 2000), Excel (a partir da versão 2000), Power Point (a partir da versão 2000), Internet Explorer (a partir da versão 6) e Outlook Express. 8) Recursos Básicos e utilização do Adobe Reader (a partir da versão 6). 9) Configuração de Impressoras. 10) Projetos de Web Sites. 11) Linguagem HTML. 12) Informática Educacional. 13) Mediação pedagógica e o uso da tecnologia. 14) Educação escolar e a informática. 15) Formas de uso dos computadores em sala de aula. 16) Possíveis vantagens do uso da informática na escola. 17) Requisitos para o uso da informática na educação escolar. 18) A informática e os problemas escolares de aprendizagem. 19) Informática e Educação Inclusiva. 20) Legislação. Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e alterações. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e alterações. Estatuto da Criança e do Adolescente ECA.
- BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 e alterações. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- PIRATUBA. Lei Complementar nº 087/2017, de 13 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino de Piratuba.
- ADOBE READER. Ajuda do Adobe Reader (Ajuda eletrônica integrada ao Programa Adobe Reader).
- BATTISTI, Júlio. Windows XP Home & Professional Para Usuários e Administradores. Axcel Books do Brasil Editora.
- BRAGA, William Cesar. Microsoft Windows XP, Alta Books.
- CERT.br. Cartilha de Segurança para Internet (Partes de I a VIII). CERT.br. Disponível no endereço eletrônico http://cartilha.cert.br/ em 15 de julho de 2008.
- COX, Kenia Kodel. Informática na educação escolar. Autores Associados.
- GRAHAM, Ian S. HTML: a referência completa. Campus.
- MASSETTO, Marcos, MORAN, José Manuel, BEHRENS, Aparecida Marilda. Novas Tecnologias e Mediação Pedagógica. Papirus.
- MENEZES, E.C.P. Informática e Educação Inclusiva: Discutindo limites e possibilidades. Ed. UFSM.
- MICROSOFT CORPORATION. Ajuda do Internet Explorer (Ajuda eletrônica integrada ao Programa Internet Explorer).
- MICROSOFT CORPORATION. Ajuda do Microsoft Excel (Ajuda eletrônica integrada ao Programa Excel).
- MICROSOFT CORPORATION. Ajuda do Microsoft Word (Ajuda eletrônica integrada ao Programa Word).
- MICROSOFT CORPORATION. Ajuda do Microsoft Windows. (Ajuda eletrônica integrada ao Windows).
- MICROSOFT CORPORATION. Ajuda do Microsoft Power Point. (Ajuda eletrônica integrada ao Power Point).
- MICROSOFT CORPORATION. Ajuda do Outlook Express. (Ajuda eletrônica integrada ao Outlook Express).
- MICROSOFT PRESS, Dicionário de Informática. Tradução de Valeria Chamon. Campus.
- NORTON, Peter. Introdução à Informática. Makron Books.
- TORRES, Gabriel. Hardware: curso completo. Axcel Books.
- . Redes de computadores: curso completo. Axcel Books.
- VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: conceitos básicos. Campus.
- VIDAL, E.M; MAIA, J.E.B. Computação Informática Educativa. Ed. UECE.
- WEISS, Alba Maria Lemme. A informática e os problemas de aprendizagem. DP&A editora.
- Manuais e apostilas de referência do Pacote Office e ajuda on-line (help).

MONITOR ARTÍSTICO

Conteúdos: 1) Desenvolvimento da Criança e do Adolescente. 2) Educação e Sociedade. 3) Arte e educação. 4) Música: a) Teoria Musical. b) Notação Musical. c) Harmonia Musical. d) Leitura de Partitura. e) Percepção Musical. f) História da Música. 5) Dança: a) História da Dança. b) Dança como forma de expressão. c) Tipos de dança. d) Dança na prática escolar. e) Dança na Melhor Idade e Idosos. 6) Artesanato: a) Tipos de artesanato: marcenaria, pinturas, tapeçaria, corte e costura, tricô, crochê; b) Planejamento e Metodologia do



trabalho artesanal; c) Técnicas e materiais de artesanato. 7) Metodologia e ensino de artes. 8) Cidadania. 9) Parâmetros Curriculares Nacionais. 10) Legislação.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e alterações. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e alterações. Estatuto da Criança e do Adolescente ECA.
- BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 e alterações. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- PIRATUBA. Lei Complementar nº 087/2017, de 13 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino de Piratuba.
- BENNETT, Roy. Uma breve história da música. Zahar.
- BERTHERAT, Therése. O corpo tem suas razões. Martins Fontes.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Arte Brasília: MEC/SEF, 1998.
- FARO, A. José. Pequena História da Dança. Jorge Zahar.
- FERRAZ, M.H.C.T.; FUSARI, M.F.R. Metodologia do Ensino da Arte: fundamentos e proposições. Cortez.
- FREIRE, Ida Mara. **Dança-Educação**: O corpo e o movimento no espaço do conhecimento (artigo). Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n53/a03v2153.pdf
- FISCHER, Nilton B. Educação e Classes Populares. Mediação.
- IAVELBERG, R. Para gostar de aprender arte: sala de aula e formação de professores. Artmed.
- MASCARENHAS, Mário; BELMIRA, Cardoso. Curso Completo de Teoria Musical e Solfejo (Volumes I e II). Irmãos Vitalle.
- MED, Bohumil. **Teoria da Música**. Musimed.
- OLIVEIRA, Marilda Oliveira de (org). Arte, Educação e Cultura. Santa Maria: UFSM, 2007.
- PENNA, M. Música(s) e seu ensino. Sulina.
- PERNA, M.A. 200 Anos de Dança de Salão no Brasil (Volumes 1, 2, 3 e 4).
- PILLAR, Analice Dutra (org.). A Educação do Olhar no Ensino das Artes. Porto Alegre: Mediação.
- PORTINARI, Maribel. História da Dança. Nova Fronteira.
- PRIOLLI, Maria Luísa de Mattos. Princípios Básicos da Música para a Juventude (1° e 2° Volumes) Casa Oliveira de Música Ltda.
- PROSSER, E.S. Ensino de Artes. lesde.
- ROTH, Gabrielle. Os ritmos da alma. Cultrix.
- SANTOS, Inaicyra Falcão dos. **Corpo e ancestralidade**: uma proposta pluricultural de dança, arte, educação. São Paulo: Terceira Margem, 2006.
- VIANNA, Klauss. A Dança. Summus.
- ZAGONEL, B. Metodologia do Ensino de Arte. Ed. Intersaberes.
- ZAGONEL, B. Metodologia do Ensino de Artes Arte na Educação Escolar. IBPEX.
- Manuais, livros, revistas e apostilas relacionados com os conteúdos indicados.

NUTRICIONISTA

Conteúdos: 1) O exercício da profissão de nutricionista. 2) Regulamentação da profissão de nutricionista. 3) Código de ética do nutricionista. 4) Condições higiênico-sanitárias dos alimentos. 5) Manual de boas práticas nos serviços de alimentação. 6) Avaliação de perigos e pontos críticos. 7) Contaminação dos alimentos. 8) Higiene do manipulador. 9) Higiene na operação de preparo dos alimentos. 10) Fatores ligados à presença, número e proporção dos microorganismos. 11) Cálculo para dimensionamento do pessoal e número de substitutos. 12) Educação em serviço e treinamento. 13) Custos e produtividade no serviço de alimentação controle de qualidade. 14) Planejamento de um lactário. 15) Fator de correção dos alimentos. 16) Cálculo do número de refeições diárias. 17) Nutrição nas diferentes fases de vida: infância, adolescência, adulto, idoso. 18) Peso, estatura, percentual de gordura corporal. 19) Nutrição na gravidez. 20) Nutrição materno-infantil. 21) Cuidado nutricional em doenças de má-absorção, Anemia, Câncer e AIDS. 22) Cuidado nutricional em doenças gastrointestinais. 23) Equilíbrio de energia e manejo do peso. 24) Cálculo das necessidades energéticas e planejamento de dieta para portadores de doenças inflamatórias do Intestino, Diabete Mellitus, renais agudos e crônicos. 25) Hepatopatas agudos e crônicos. 26) Desnutrição e deficiências nutricionais. 27) Planejamento alimentar nos pacientes com cardiopatia aguda e crônica. 28) Pneumopatas agudos e crônicos. 29) Nutrição nas doenças gastrointestinais. 30) Macronutrientes e Oligoelementos. 31) Nutrição e Atividade Física. 32) Anorexia e Bulimia. 33) Cuidado nutricional para recém-nascido de baixo peso e alto risco. 34) Indicações e técnicas de ministração de nutrição enteral. 35) Vias de acesso e complicações em nutrição enteral e parenteral. 36) Nutrição enteral e parenteral em Pediatria, insuficiência renal, hepática e cardíaca. 37) Nutrição e saúde coletiva. 38) Epidemiologia nutricional. 39) Legislação.

Referências Bibliográficas:



- BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.
- BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e alterações Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e dá outras providências.
- BRASIL. Portaria nº 2.048, de 3 de setembro de 2009. Aprova o Regulamento do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Código de Ética Profissional.
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA. **Resolução RDC nº 216**, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre regulamento técnico de boas práticas para serviços de alimentação.
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA. **Resolução RDC nº 12**, de 02 de janeiro de 2001. Aprova regulamento técnico sobre padrões microbiológicos para alimentos.
- BRASIL. Ministério da Saúde. A creche como promotora da amamentação e da alimentação adequada e saudável Livreto para gestores.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Alimentação e Nutrição para as Famílias do Programa Bolsa Família.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Alimentação saudável para a pessoa idosa. Um manual para profissionais da saúde. Brasília.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Antropometria: Como pesar e medir. Brasília.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de Atividades Promoção da Alimentação Adequada e Saudável Educação Infantil.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de Atividades Promoção da Alimentação Adequada e Saudável Ensino Fundamental I.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Desmistificando dúvidas sobre alimentação e nutrição material de apoio para profissionais da saúde.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Dez passos para uma Alimentação Saudável para Crianças Brasileiras menores de dois anos. Brasília.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Dez passos para uma Alimentação Saudável** Guia alimentar para crianças menores de dois anos. Um guia para o profissional da saúde na atenção básica. Brasília.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Glossário Temático Alimentação e Nutrição. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Brasília.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Guia Alimentar para a População Brasileira. 2014.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Guia prático de preparo de alimentos para crianças menores de 12 meses que não podem ser amamentadas. Brasília.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Manual Clínico de Alimentação e Nutrição Na Assistência a Adultos Infectados pelo HIV. Série Manuais nº 71. Brasília.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Manual das cantinas escolares saudáveis: promovendo a alimentação saudável. Brasília.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual do Aluno** Promovendo a alimentação saudável.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Rede Amamenta Brasil Os primeiros passos (2007 2010).
- BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de Atenção Básica nº 12 **Obesidade**.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Caderno de Atenção Básica nº 23 **Saúde da Criança**: Nutrição Infantil Aleitamento Materno e Alimentação Complementar.
- AUGUSTO, A.L.P.; ALVES, D.C.; MANNARINO, I.C.; GERUDE, M.F. Terapia Nutricional. Atheneu.
- BURTON, B.T. Nutrição Humana. Mc Graw-Hill.
- CHAVES, N. Nutrição Básica e aplicada. Guanabara Koogan.
- EVANGELISTA, J. Tecnologia de Alimentos. Atheneu.
- GERMANO, P.M.L.; GERMANO, M.I.S. Higiene e Vigilância Sanitária de Alimentos. Livraria Varela.
- GIGANTE, D.P.; KAC, G.; SHIERI R. Epidemiologia Nutricional. Fiocruz.
- GOUVEIA, E.L.C. **Nutrição**: Saúde e Comunidade. Revinter.
- KRAUSE, M.S.; MAHAN, L.K. Alimentos, Nutricão e Dietoterapia. Roca.
- MEZOMO, I.F.B. Os serviços de alimentação: planejamento e administração. Loyola.
- OLIVEIRA, J.E.D.; MARCHINI, J.S. Ciências nutricionais. Sarvier.
- ORNELAS, L.H. **Técnica Dietética** Seleção e Preparo dos Alimentos. Atheneu.
- PHILIPPI. S.T. Nutrição e Técnica Dietética. Manole.
- SHILS, M. E.; SHIKE, M.; ROSS, A.C Nutrição Moderna na Saúde e na Doença. Manole.
- SILVA JR, E. A. Manual de Controle Higiênico-Sanitário em Serviços de Alimentação. Varela.
- TEIXEIRA, S; CARVALHO, J.; BISCONTINI, T.; REGO, J.; OLIVEIRA, Z. Administração Aplicada às Unidades de Alimentação e Nutrição.
- VITOLO, M.R. Nutrição da Gestação ao Envelhecimento. Rubio.
- WILLIANS, S.R. Fundamentos de Nutrição e Dietoterapia. Artes Médicas.



ODONTÓLOGO

Conteúdos: ODONTOLOGIA PREVENTIVA e SAÚDE BUCAL COLETIVA e CLÍNICA INTEGRAL: 1) Formação e composição da saliva. 2) Etiologia e comportamento da cárie dental. 3) Filosofia de tratamento integral. 4) Noções de microbiologia bucal, Placa Dental, Saliva, Dieta, Higiene Bucal. 5) Quimioprofilaxia da cárie dentária. 6) Risco de cárie e atividade cariogênica. 7) Diagnóstico e prognóstico de cárie. 8) Métodos e Mecanismos de ação do Flúor. 9) Plano de tratamento integrado em odontologia. 10) Biossegurança em odontologia. 11) Processo saúde doença. 12) Promoção e Educação em Saúde. 13) Exercício ético e legal da Odontologia no Brasil. PERIODONTIA: 1) Epidemiologia da doença periodontal. 2) Anatomia do periodonto. 3) Patogenia da doença periodontal. 4) Interrelação peridontia e demais áreas da odontologia. 5) cirurgia periodontal. ODONTOPEDIATRIA: 1) Características da Infância à adolescência e suas dinâmicas de mudanças. 2) Patologias e anomalias em Odontopediatria. 3) Uso de antimicrobianos. 4) Hábitos bucais. 5) Morfologia da superfície oclusal. 6) Trauma Dental na dentição decídua. 7) Controle da Dor e tratamentos indicados aos paciente odontopediátricos. 8) Abordagens preventivas e clínicas em odontopediatria. 9) Doenças bucais e manifestações orais sistêmicas. 10) Tratamento não invasivo. ODONTOGERIATRIA: 1) Processo de envelhecimento. 2) Odontologia geriátrica. 3) Aspectos psicológicos relacionados o idoso. 4) Atenção de saúde ao idoso. DENTÍSTICA RESTAURADORA: 1) Propriedades, indicações e técnicas e uso das resinas compostas, amálgamas e cimento iononômeros de vidro. 2) Restaurações diretas em dentes anteriores fraturados. 3) Noções de oclusão e procedimentos clínicos de tratamento das disfunções. 4) Abordagem de dentes tratados endodonticamente. 5) Sistemas adesivos odontológicos. 6) Clareamento de dentes vitais e não vitais. PSICOLOGIA NA ODONTOLOGIA: 1) Formação de vínculo no atendimento odontológico. 2) Relação paciente profissional. 3) Controle do comportamento. 4) Desenvolvimento Humano. 5) Dinâmica familiar. 6) Conceitos de stress e sua relação com a saúde bucal. FARMACOLOGIA: 1) Farmacologia aplicada ao atendimento odontológico e suas implicações clínicas. 2) Farmacologia geral. 3) Princípios gerais do uso correto de fármacos para o tratamento da dor. 4) Anestésicos locais. 5) Antimicrobianos de uso corrente em odontologia. ENDODONTIA: 1) Métodos de diagnóstico. 2) Materiais para a proteção do complexo dentino-pulpar. 3) Tratamento conservador da polpa dentária. 4) Traumatismos alvéolo-dentário. 5) Doenças da polpa e periápice. 6) Urgências em Endodontia. EXODONTIA: 1) Anatomia aplicada. 2) Indicações e Contra-indicações. 3) Exames Complementares. 4) Assepsia e Barreiras de proteção. 5) Técnicas Operatórias. 6) Pós-Operatório em Exodontia. PATOLOGIA BUCAL: 1) Tumores benignos e malignos da cavidade bucal suas incidências características clínicas, tratamento e prognóstico. 2) Lesões cancerizáveis. 3) Lesões císticas. 4) Epidemiologia. 5) Infecções Bacterianas. 6) Doenças Fúngicas e Protozoárias. 7) Infecções Virais. 8) Patologia das Glândulas Salivares. SAÚDE PÚBLICA: 1) Promoção e Educação em Saúde. 2) Programa de Saúde da Família. 3) Níveis de Atenção à Saúde. 4) Atenção Básica. 5) Estratégia de Saúde da Família - Equipe Saúde Bucal. 6) Política Nacional de Saúde Bucal e Diretrizes da Política Nacional de Saúde Bucal. 7) Política Brasil Sorridente. 8) Processo da educação permanente. 9) Principais agravos em saúde bucal. 10) Fluoretação no Brasil. 11) Visita domiciliar e Atendimento domiciliar. LEGISLAÇÃO e ÉTICA PROFISSIONAL.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil Com as Emendas Constitucionais.
- BRASIL. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990 e alterações − Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.
- BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e alterações − Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e dá outras providências.
- Código de Ética do Odontólogo.
- BRASIL. Ministério da Saúde. A Política Nacional de Saúde Bucal: Registro de uma conquista histórica.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Brasil Sorridente Cartilha Brasil Sorridente.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Controle de Infecções e a Prática Odontológica em tempos de AIDS Manual de Condutas.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes da Política Nacional da Saúde Bucal. Brasília.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Guia de recomendações para o uso de fluoretos no Brasil.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Guia Prático do Programa de Saúde da Família. Brasília.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de saúde bucal na doença falciforme. Série A. Normas e Manuais Técnicos.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Revista Brasileira de Saúde da Família. Brasília.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde Bucal** Caderno de Atenção Básica nº17.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Serviços Odontológicos prevenção e controle de riscos.
- BRASIL. Ministério da Saúde. SIAB Manual do Sistema de Informação de Atenção Básica. Brasília.
- BRASIL. **Portaria nº 673**, de 3 de junho de 2003. Aprova e revê o incentivo financeiro às Ações de Saúde Bucal, no âmbito do Programa de Saúde da Família, parte integrante do Piso de Atenção Básica PAB.
- BRASIL. **Portaria nº 2.488**, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).



- ANTUNES, J.L.F.; PERES, M.A.; CRIVELLO Junior, O. Epidemiologia da saúde bucal Fundamentos de Odontologia. Guanabara Koogan.
- ANUSAVICE, K.J. Phillips Materiais Dentários. Guanabara Koogan.
- BARATIERI, L.N et al. **Odontologia Restauradora**. Fundamentos e possibilidades. Santos.
- BRUNETI, R.F.; MONTENEGRO, F.L.B. Odontogeriatria: noções de interesse Clínico. Artes Médicas.
- BUISCHI, I.P. Promoção de Saúde Bucal na Clínica Odontológica. Artes Médicas.
- CHAVES S.C.; BARROS S.G.; CRUZ D.N.; FIGUEIREDO A.C.; MOURA B.L.; CANGUSSU M.C. **Política Nacional de Saúde Bucal**: Fatores Associados à Integralidade do Cuidado. Rev. Saúde Pública, 2010; in press.
- COELHO-DE-SOUZA, F.H. Fundamentos de clínica integral em odontologia. Santos.
- CONCEIÇÃO, E.N. e colaboradores. Dentística, saúde e estética. Artmed.
- ESTRELA, C. FIGUEIREDO, J.A.P. Endodontia: princípios biológicos e mecânicos. Artes Médicas.
- FJERSKOV, O.; MANJI, F.; BAELUN, V. Fluorose Dentária Um manual para profissionais da saúde. Santos.
- FJERSKOV, O.; THYLSTRUP, A. Cariologia Clínica. Tradução: WEYNE, S.; OPERMANN, R. Santos.
- LINDHE, J. Tratado de peridontia clínica e implantologia oral. Guanabara Koogan.
- NEVILLE, B.W.; DAMM, D.D. Patologia Oral e Maxilofacial. Guanabara-Koogan.
- REGUESI, J.A SCIUBA, J.J. Patologia bucal. Correlações clínicopatológicas. Gunaabara Koogan.
- OLIVEIRA, AGRC. Odontologia Preventiva e Social Textos Selecionados EDUFRN. UFRN.
- PINKHAM, J.R. Odontopediatria da Infância à Adolescência. Artes Médicas.
- KRAMER, P.F, FELDENS, C.A, ROMANO, A.R. Promoção de saúde bucal na odontopediatria. Artes Médicas.
- PINTO, V.G. Saúde Bucal Coletiva. Santos.
- RAMOS, D.L.P.; CRIVELLO Junior, O. Fundamentos de odontologia: bioética e ética profissional. Guanabara Koogan.
- REIS, A. LOGUÉRCIO, A. Materiais Dentários Restauradores Diretos: dos fundamentos à aplicação clínica. Santos.
- SEGER, L. et cols. Psicologia e Odontologia Uma abordagem integradora. Santos.
- SILVA, R.H.A. e colaboradores. Orientação profissional para o cirurgião-dentista: ética e legislação. Santos.
- SILVEIRA, J.O.L. Exodontia. Médica Missau.
- WANNMACHER, L.; FERREIRA, M. Farmacologia Clínica para Dentistas. Guanabara Koogan.

PSICÓLOGO EDUCACIONAL

Conteúdos: 1) Psicopatologia da criança, adolescente e adulto. 2) Psicologia do desenvolvimento. 3) Psicologia da aprendizagem. 4) Psicodinâmica do indivíduo e do grupo. 5) As principais teorias e autores da psicologia clínica. 6) Abordagens psicoterápicas. 6) O processo psicodiagnóstico. 7) Psicologia Escolar e da Aprendizagem e suas relações com a infância e a adolescência. 8) Psicopedagogia. 9) Epistemologia e Psicologia genéticas. 10) Psicologia Social. 11) O papel dos recursos humanos nas organizações 12) Estatuto da Criança e do Adolescente. 13) Políticas Públicas de Saúde Mental. 14) Ética profissional. 15) Legislação.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990 e alterações − Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências.
- BRASIL. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e alterações Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e dá outras providências.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e alterações. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e alterações. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 e alterações. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- PIRATUBA. Lei Complementar nº 087/2017, de 13 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino de Piratuba.
- Código de Ética Profissional.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-IV-TR). Artmed.
- ANTUNES, M.A.M. & MEIRA, M.E.M. Psicologia Escolar: práticas críticas. Casa do Psicólogo.
- BECKER, F. Educação e construção do conhecimento. Artes Médicas.
- BEE, H. A Criança em Desenvolvimento. Artmed.
- CALLIGARIS, C. Cartas a um jovem terapeuta. Elsevier.
- CONTINI, M.L.J. O Psicólogo e a Promoção de Saúde na Educação. Casa do Psicólogo.
- CORDIOLI, ARISTIDES. V. Psicoterapias. Artmed.
- CUNHA, J.A. **Psicodiagnóstico V**. Artmed.



- DEJOURS, C. A Loucura do Trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. Cortez.
- DOENÇAS RELACIONADAS AO TRABALHO **Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde** Publicação do Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde. Organizado por Elizabeth Costa Dias. (Site do Ministério da Saúde).
- FERNÁNDEZ, A. A inteligência aprisionada. Artmed.
- FOUCAULT, M. Doença Mental e Psicologia. Biblioteca Tempo Universitário. Tempo Brasileiro.
- FRANÇA, ANA CRISTINA LIMONGI. Prática de Recursos Humanos PRH: conceitos, ferramentas e procedimentos. Editora Atlas.
- FRELLER, C. Histórias de Indisciplina Escolar. Casa do Psicólogo.
- FREUD, S. (s.d.) Obras Completas. Editora Standard.
- GUARESCHI, P.A. Psicologia social crítica: como prática de libertação. EDIPUCRS.
- HUGUET, E. & SOLÉ, I. Aprender e Ensinar na Educação Infantil. Artmed.
- LANCMAN, S. e SZNELWAR, L. I. Christophe Dejours Da Psicopatologia à Psicodinâmica do Trabalho. Paralelo.
- MONTOYA, Adrian Oscar Dongo (Org.); MORAIS-SHIMIZU, Alessandra de (Org.); MARÇAL, Vicente Eduardo Ribeiro (Org.); MOURA, Josana Ferreira Bassi. **Jean Piaget no século XXI Escritos de Epistemologia e Psicologia genéticas**. Cultura Acadêmica, v. 1. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/jean-piaget.pdf.
- NASCIMENTO, CÉLIA A. TREVISI DO ORG. et al. Psicologia e políticas públicas: experiências em saúde pública. CRP.
- PATTO, M. H. S. (Org.) Introdução à Psicologia Escolar. Casa do Psicólogo.
- RESOLUÇÕES DO CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA: 001/2002; 002/2003; 007/2003.
- SISTO, F. F. & MARTINELLI, S. C. Afetividade e dificuldades de aprendizagem: uma abordagem psicopedagógica. Vetor Editora.
- SPINK, Mary Jane P. Psicologia Social e Saúde. Práticas, Saberes e Sentidos. Vozes.
- STREY, Marlene Neves et al. Psicologia Social Contemporânea. Vozes.
- SUKIENNIK, P.B. Org. O aluno problema: transtornos emocionais de crianças e adolescentes. Mercado Aberto.
- VALLS, E. Os procedimentos educacionais: aprendizagem, ensino e avaliação. Artmed.
- ZIMERMAN, D.E. Fundamentos básicos das grupoterapias. Artmed.

TÉCNICO ARTÍSTICO

Conteúdos: 1) Desenvolvimento da Criança e do Adolescente. 2) Educação e Sociedade. 3) Arte e educação. 4) Música: a) Teoria Musical. b) Notação Musical. c) Harmonia Musical. d) Leitura de Partitura. e) Percepção Musical. f) História da Música. 5) Dança: a) História da Dança. b) Dança como forma de expressão. c) Tipos de dança. d) Dança na prática escolar. e) Dança na Melhor Idade e Idosos. 6) Teatro. 7) Metodologia e ensino de artes. 8) Cidadania. 9) Parâmetros Curriculares Nacionais. 10) Legislação. Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e alterações. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e alterações. Estatuto da Criança e do Adolescente ECA.
- BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 e alterações. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- PIRATUBA. Lei Complementar nº 087/2017, de 13 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino de Piratuba.
- BENNETT, Roy. Uma breve história da música. Zahar.
- BERTHERAT, Therése. O corpo tem suas razões. Martins Fontes.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Arte Brasília: MEC/SEF, 1998.
- FARO, A. José. **Pequena História da Dança**. Jorge Zahar.
- FERRAZ, M.H.C.T.; FUSARI, M.F.R. Metodologia do Ensino da Arte: fundamentos e proposições. Cortez.
- FREIRE, Ida Mara. **Dança-Educação**: O corpo e o movimento no espaço do conhecimento (artigo). Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n53/a03v2153.pdf
- FISCHER, Nilton B. Educação e Classes Populares. Mediação.
- IAVELBERG, R. Para gostar de aprender arte: sala de aula e formação de professores. Artmed.
- JAPIASSU, R.O.V. Metodologia do ensino de teatro. Papirus.
- KOUDELA, Ingrid Dormien. Jogos Teatrais. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- MASCARENHAS, Mário; BELMIRA, Cardoso. Curso Completo de Teoria Musical e Solfejo (Volumes I e II). Irmãos Vitalle.
- MED, Bohumil. Teoria da Música. Musimed.
- OLIVEIRA, Marilda Oliveira de (org). Arte, Educação e Cultura. Santa Maria: UFSM, 2007.
- PENNA, M. Música(s) e seu ensino. Sulina.
- PERNA, M.A. 200 Anos de Dança de Salão no Brasil (Volumes 1, 2, 3 e 4).
- PILLAR, Analice Dutra (org.). A Educação do Olhar no Ensino das Artes. Porto Alegre: Mediação.



- PORTINARI, Maribel. **História da Dança**. Nova Fronteira.
- PRIOLLI, Maria Luísa de Mattos. Princípios Básicos da Música para a Juventude (1° e 2° Volumes) Casa Oliveira de Música Ltda.
- PROSSER, E.S. Ensino de Artes. lesde.
- ROTH, Gabrielle. Os ritmos da alma. Cultrix.
- SANTOS, Inaicyra Falcão dos. **Corpo e ancestralidade**: uma proposta pluricultural de dança, arte, educação. São Paulo: Terceira Margem, 2006.
- SPOLIN, Viola. Jogos teatrais na sala de aula. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- VIANNA, Klauss. A Dança. Summus.
- ZAGONEL, B. Metodologia do Ensino de Arte. Ed. Intersaberes.
- ZAGONEL, B. Metodologia do Ensino de Artes Arte na Educação Escolar. IBPEX.
- Manuais, livros, revistas e apostilas relacionados com os conteúdos indicados.

Para os cargos da TABELA 3 - PROFESSORES (TODOS)

PORTUGUÊS - Comum a todos

Conteúdos: 1) Compreensão e interpretação de textos: ideia central e intenção comunicativa; estruturação e articulação do texto; significado contextual de palavras e expressões; pressuposições e inferências; emprego de nexos e outros recursos coesivos. 2) Ortografia. 3) Acentuação gráfica. 4) Sinonímia/Antonímia. Homonímia/Paronímia. 5) Classes de palavras. 6) Flexão nominal e verbal. 7) Colocação pronominal. 8) Emprego de modos verbais. 9) Vozes do verbo. 10) Concordância nominal e verbal. 11) Regência nominal e verbal. 12) Paralelismo de regência. 13) Ocorrência de crase. 14) Pontuação. 15) Termos da oração. 16) Processos de coordenação e subordinação.

CONHECIMENTOS GERAIS - Comum a todos

<u>Conteúdos</u>: 1) Piratuba: a) História do Município. b) Símbolos municipais. b) Dados gerais do município. 2) Conhecimentos sobre: a) Cidadania e consciência ecológica; b) Desenvolvimento sustentável; c) 3R's (Reduzir, Reutilizar, Reciclar). 3) Prevenção e combate a incêndio. 4) Nocões sobre primeiros socorros. 5) Legislação.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil Com as Emendas Constitucionais.
- PIRATUBA. Lei Orgânica do Município de Piratuba.
- PIRATUBA. Lei Complementar nº 065/2015 de 02 de janeiro de 2015. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Piratuba.
- https://www.piratuba.sc.gov.br/
- Manuais, livros e apostilas com os conteúdos indicados.

LEGISLAÇÃO E CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Conteúdos: 1) Desenvolvimento infantil. 2) Organização do trabalho pedagógico na educação infantil. 3) A organização do espaço na educação infantil. 4) Rotinas na educação infantil. 5) Projetos pedagógicos e planejamento para o trabalho em educação infantil. 6) Avaliação na educação infantil. 7) Teorias educacionais. 8) Concepções Pedagógicas. 9) Grafismos. 10) O desenho infantil. 11) Limites, disciplina e comportamento infantil. 12) Psicomotricidade. 13) Prática educativa. 14) O lúdico como instrumento de aprendizagem. 15) O jogo e o brincar. 16) Sexualidade. 17) Educação especial e educação inclusiva. 18) Linguagens e linguagens geradoras. 19) Formação de professores. 20) Referencial curricular nacional para educação infantil. 21) Diretrizes curriculares nacionais para educação infantil. 22) Plano Nacional da Educação. 23) Gestão Democrática. 24) Sistema de Ensino e Políticas Educacionais no Brasil. 25) Relacionamento Pais e Escola, Ambiente Educacional e Familiar, Participação dos Pais. 26) História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. 27) Educação das Relações Étnico-Raciais. 28) Educação para Todos. 29) Didática da Matemática: a) A construção do número. b) A compreensão dos conceitos matemáticos pelas crianças. c) O Ensino e a aprendizagem da matemática e suas implicações teóricas. 30) Legislação.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e alterações. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e alterações. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação PNE.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 e alterações. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da



Pessoa com Deficiência).

- PIRATUBA. Lei Complementar nº 087/2017, de 13 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino de Piratuba.
- BRASIL. Ministério da Educação. Brinquedos e Brincadeiras de Creche. Manual de Orientação Pedagógica.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coleção Educação para Todos.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção Educadores 2006**: Frederic Skinner; Henri Wallon; Jean Piaget; Lev Vygotsky; Maria Montessori; Paulo Freire; Sigmund Freud.
- BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
- BRASIL. Ministério da Educação. Educação Infantil: Subsídios para construção de uma sistemática de avaliação.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indicadores da Qualidade na Educação Infantil.
- BRASIL. Ministério da Educação. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. SECAD, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros em Ação Educação Infantil. Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado.
- BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil Vol. 1 e 2.
- BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos.
- BRASIL. Ministério da Educação. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Vol. I, II e III.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil** Estratégias e orientações para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria da Educação Básica**: Educação Infantil. BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria da Educação Básica**: Gestão Democrática.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial: Educar na Diversidade, Material de Formação Docente 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial: Saberes e Práticas da Inclusão Educação Infantil.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial: Brincar para Todos.
- BRASIL. Ministério da Saúde. O cuidado às crianças em desenvolvimento: orientações para as famílias e cuidadores.
- AIMARD, Paule. O surgimento da linguagem na criança. Artmed
- AROEIRA, Maria Luisa. Didática da Pré-escola. FTD.
- BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Projetos pedagógicos na educação infantil**. Artmed.
- BRASIL. O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular. Ministério Público Federal. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva. 2ª Edição revisada e atualizada. Brasília. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. 2004.
- BRAZELTON, T. Berry. SPARROW, Joshua D. 3 a 6 anos: momentos decisivos do desenvolvimento infantil. Artmed.
- CARDOSO, Marilene da Silva. Educação inclusiva e diversidade: uma práxis educativa junto a alunos com necessidades especiais. Redes.
- CARVALHO, Rosita Edler. Educação Inclusiva: Com os Pingos nos is. Editora Mediação.
- CHARLES, C. M. Piaget ao alcance dos professores. Ao Livro Técnico.
- COLL, C, MARCHESI, A; PALACIOS J. Desenvolvimento psicológico e educação. Vol. 2. Artmed.
- CRAIDY, Carmem Maria (Org.). Convivendo com Crianças de 0 a 6 anos. Mediação.
- CUNHA, Susana R. (Org.) Cor, som e movimento. Cadernos Ed. Infantil. Mediação.
- DERDYK, Edith. Formas de Pensar o Desenho. Desenvolvimento do Grafismo Infantil. Scipione.
- DeVRIES, Rheta e ZAN, Betty. A ética na educação infantil O ambiente sócio moral na escola. Artmed.
- FERREIRA, Berta Weil; RIES, Bruno Edgar (Orgs.) Psicologia e Educação. Desenvolvimento Humano Infância. Volume 1 e 2. Edipucrs.
- FILIPOUSKI, Ana Maria; MARCH, Diana; SCHAFFER, Neiva. Teorias e Fazeres na Escola em Mudança. Ufrgs.
- Fontana, R e Cruz, N. Psicologia e trabalho pedagógico. Atual.
- GRIFFA, M. Cristina e MORENO, José Eduardo. **Chaves para a psicologia do desenvolvimento**: vida pré-natal. Etapas da Infância.
- HORN, Maria da Graça. Sabores, Sons, Cores e Aromas. A construção do Espaço na Educação Infantil. Artmed.
- JUNQUEIRA FILHO, Gabriel de Andrade. **Linguagens Geradoras** Seleção e articulação de conteúdos em educação infantil. Editora Mediação.
- KUPFER, M. Cristina. Freud e a educação: O mestre do impossível. Scipione.
- LA ROSA, Jorge (Org.). Psicologia e Educação. O significado do Aprender. Edipucrs.
- LA TAILLE, Yves, OLIVEIRA, Martha, DANTAS, Heloisa. Piaget, Vygotsky e Wallon: Teorias psicogenéticas em discussão. Summus.
- MATTOS, Paula Belfort. A Arte de Educar. Cartilha de Artes e Educação para professores do Ensino Fundamental e Médio. Ministério da Cultura 2003
- MIZUKAMI, Maria da Graça N. **Ensino**: as abordagens do processo. EPU.
- MOREIRA, Marco Antônio. Teorias de aprendizagem. EPU.
- PACHECO, José. EGGERTSDTTIR, Rosa. MACHADO, M. L. A. (org.) Encontros e desencontros em educação infantil. Cortez.



- PANIZZA, Mabel & Cols. Ensinar matemática na educação infantil e nas séries iniciais: análise e propostas. Artmed.
- PINHO, Gerson S. O Brincar na Clínica Interdisciplinar com Crianças. In: Escritos da Criança. Centro Lydia Coriat. POA. 2001 n. 6.
- RANGEL, Ana Maria P. Alfabetizar aos 6 anos. Mediação.
- RANGEL, Ana Cristina. Educação matemática e a construção do número pela criança. Artmed.
- RAPPAPORT, Clara ET alii. Teorias do desenvolvimento. EPU.
- TEBEROSKY, Ana; COLOMER, Teresa. Aprender a ler e a escrever: uma proposta construtivista. Artmed.
- VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança por uma práxis transformadora. Libertad.
- WEISZ, Telma e SANCHEZ, Ana. O diálogo entre o Ensino e a Aprendizagem. Ed. Ática.
- WINNICOTT, D. W. O Brincar e a Realidade. Imago.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - MÚSICA

Conteúdo 1: 1) O desenvolvimento da criança e do adolescente. 2) Projetos Pedagógicos e planejamento de aula. 3) Teorias Educacionais. 4) Concepções Pedagógicas. 5) Mediação da aprendizagem. 6) Avaliação. 7) Currículo. 8) Sexualidade. 9) Drogas. 10) Fracasso escolar. 11) A prática educativa. 12) Formação de professores. 13) Educação de Jovens e Adultos. 14) Mídia e Educação. 15) Disciplina e Limites. 16) Cidadania. 17) Educação Inclusiva. 18) Relacionamento Pais e Escola, Ambiente Educacional e Familiar, Participação dos Pais. 19) Diretrizes Curriculares Nacionais. 20) Plano Nacional de Educação. 21) História e Cultura Afro Brasileira e Indígena. 22) Educação das Relações Étnico-Raciais. 23) Educação para Todos. 24) Legislação.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e alterações. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e alterações. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação PNE.
- BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- PIRATUBA. Lei Complementar nº 087/2017, de 13 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino de Piratuba.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coleção Educação para Todos.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção Educadores 2006**: Frederic Skinner; Henri Wallon; Jean Piaget; Lev Vygotsky; Maria Montessori; Paulo Freire; Sigmund Freud.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Currículo e Avaliação.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Currículo e Desenvolvimento Humano.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Currículo, Conhecimento e Cultura.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** Diversidade e Currículo.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** Educandos e Educadores.
- BRASIL. Ministério da Educação. Jovens de 15 a 17 anos no Ensino Fundamental Caderno de Reflexões.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. SECAD, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado**. Parâmetros em Ação Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries). Vol. I e II.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

Conteúdo 2: 1) Educação Musical Contemporânea. 2) Avaliação em Música. 3) Saberes Formais e Informais Musicais. 4) Educação Básica e Música. 5) História da Música. 6) Teoria Musical. 7) Didática do ensino em Música. 8) Música na Educação Infantil. 9) Cidadania. 10) Parâmetros Curriculares Nacionais.

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Arte.
- ALMEIDA, B. Música Para Crianças Possibilidades Para A Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Melhoramentos.
- BASTIAN, H.G. Música na Escola. A Contribuição do Ensino da Música no Aprendizado e no Convívio Social da Criança. Paulinas.
- BENNETT, R. **Uma breve história da música**. Zahar.
- BEYER, E. (Org.); KEBACH, Patrícia Fernanda Carmem (Org.). Pedagogia da Música: experiências de apreciação musical. Mediação.
- BRITO, T.A.; MIFANO, M. Música na Educação Infantil Propostas Para a Formação Integral da Criança. Peirópolis.
- MED, B. Teoria da Música. Musimed.



- PENNA, M. Música(s) e seu ensino. Sulina.
- SOUZA, J.V. (Org.); HENTSCHKE, L. (Org.) Avaliação em Música: Reflexões e Práticas. Moderna.
- SWANWICK, K. Ensinando Música Musicalmente. Trad. de Ana Cristina Tourinho e Alda Oliveira/ Keith Swanwick. Moderna.
- REVISTA MÚSICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA. v. 2, n. 2, 2010. Publicação da ABEM.

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL I - ARTES/EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL E ARTES/ARTESANATO

Conteúdo 1: 1) O desenvolvimento da criança e do adolescente. 2) Projetos Pedagógicos e planejamento de aula. 3) Teorias Educacionais. 4) Concepções Pedagógicas. 5) Mediação da aprendizagem. 6) Avaliação. 7) Currículo. 8) Sexualidade. 9) Drogas. 10) Fracasso escolar. 11) A prática educativa. 12) Formação de professores. 13) Educação de Jovens e Adultos. 14) Mídia e Educação. 15) Disciplina e Limites. 16) Cidadania. 17) Educação Inclusiva. 18) Relacionamento Pais e Escola, Ambiente Educacional e Familiar, Participação dos Pais. 19) Diretrizes Curriculares Nacionais. 20) Plano Nacional de Educação. 21) História e Cultura Afro Brasileira e Indígena. 22) Educação das Relações Étnico-Raciais. 23) Educação para Todos. 24) Legislação.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e alterações. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e alterações. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação PNE.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- PIRATUBA. Lei Complementar nº 087/2017, de 13 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino de Piratuba.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coleção Educação para Todos.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção Educadores 2006**: Frederic Skinner; Henri Wallon; Jean Piaget; Lev Vygotsky; Maria Montessori; Paulo Freire; Sigmund Freud.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** Currículo e Avaliação.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** Currículo e Desenvolvimento Humano.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Currículo, Conhecimento e Cultura.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** Diversidade e Currículo.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Educandos e Educadores.
- BRASIL. Ministério da Educação. Jovens de 15 a 17 anos no Ensino Fundamental Caderno de Reflexões.
- BRASIL. Ministério da Educação. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. SECAD, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado**. Parâmetros em Ação Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries). Vol. I e II.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 4**, de 13 de julho de 2010. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.**

<u>Conteúdo 2</u>: 1) Estética e História da Arte: teorias e historiografias. 2) Didática do Ensino de Artes: A linguagem artística; Metodologia de ensino e aprendizagem em Artes. 3) Teatro e Educação. 4) Música e Educação. 5) Dança e Educação. 6) Arte e Educação como mediação cultural e social. 7) Cidadania. 8) Parâmetros Curriculares Nacionais.

- ARCHER, Michael. Arte Contemporânea: Uma História Concisa. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BARBOSA, Ana Mae. Inquietações e mudanças no ensino da arte. São Paulo: Cortez, 2007.
- BARBOSA, Ana Mae. Teoria e prática da Educação Artística. Cultrix.
- BARBOSA, Ana Mae; COUTINHO, Rejane Galvão. Arte/Educação como mediação cultural e social. São Paulo: Unesp, 2008.
- BATTISTONI FILHO, D. Pequena História da Arte. Papirus.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte.
- CAUQUELIN, Anne. Arte Contemporânea: Uma Introdução. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CAUQUELIN, Anne. Teorias da Arte. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CHIPP, H. B. Teorias da Arte Moderna. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- COLI, Jorge. O que é Arte? São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.



- FERRAZ, M.H.C.T.; FUSARI, M.F.R. Metodologia do Ensino da Arte: fundamentos e proposições. Cortez.
- FREIRE, Ida Mara. **Dança-Educação**: O corpo e o movimento no espaço do conhecimento (artigo). Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n53/a03v2153.pdf
- FRITZEN, C.; MOREIRA, J. Educação e Arte as linguagens artísticas na formação humana. Papirus.
- GOMBRICH, E. H. A História da Arte. Rio de Janeiro: LTC, 2000.
- IAVELBERG, R. Arte/Educação Modernista e Pós-Modernista: fluxos na sala de aula. Grupo A.
- IAVELBERG, R. Para gostar de aprender arte: sala de aula e formação de professores. Artmed.
- JAPIASSU, R.O.V. Metodologia do ensino de teatro. Papirus.
- KOUDELA, Ingrid Dormien. Jogos Teatrais. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- MASCARELLO, Fernando (org.). História do Cinema Mundial. Campinas: Papirus, 2007.
- OLIVEIRA, Marilda Oliveira de (org). Arte, Educação e Cultura. Santa Maria: UFSM, 2007.
- OSTROWER, Fayga. Universos da Arte. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- PENNA, M. Música(s) e seu ensino. Sulina.
- PILLAR, Analice Dutra (Org.). A educação do olhar no ensino das artes. Porto Alegre: Mediação, 1999.
- PROENÇA, G. **Descobrindo a História da Arte**. Ática.
- PROENÇA, G. História da Arte. Ática.
- PROSSER, E.S. Ensino de Artes. lesde.
- READ, Herbert. A Educação pela Arte. Martins Fontes, 2001.
- READ, Herbert. Uma História da Pintura Moderna. Martins Fontes, 2001.
- REVISTA DA FUNDARTE: Arte, Docência e Identidades. Montenegro, Ano 10, Nº 20, Julho/Dezembro 2010.
- SANTOS, Inaicyra Falcão dos. **Corpo e ancestralidade**: uma proposta pluricultural de dança, arte, educação. São Paulo: Terceira Margem, 2006.
- SCHAFER, Murray. O ouvido pensante. São Paulo: UNESP, 2003.
- SPOLIN, Viola. Jogos teatrais na sala de aula. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- ZAGONEL, B. Metodologia do Ensino de Arte. Ed. Intersaberes.
- ZAGONEL, B. Metodologia do Ensino de Artes Arte na Educação Escolar. IBPEX.

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL I - SÉRIES INICIAIS

Conteúdos: 1) Infância: Educação e Sociedade. 2) Desenvolvimento da criança. 3) Concepções Pedagógicas. 4) Teorias educacionais. 5) Planejamento pedagógico. 6) Avaliação. 7) Currículo. 8) O lúdico como instrumento de aprendizagem. 9) A importância do jogo na aprendizagem. 10) Fracasso escolar. 11) Limites e disciplina. 12) Problemas comportamentais e dificuldades de aprendizagem. 13) Psicomotricidade. 14) Alfabetização. 15) Prática educativa. 16) Formação de professores. 17) Educação especial e educação inclusiva. 18) Sexualidade. 19) Educação de Jovens e Adultos. 20) Parâmetros Curriculares Nacionais. 21) Diretrizes curriculares nacionais. 22) Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. 23) Plano Nacional da Educação. 24) Gestão Democrática. 25) Sistema de Ensino e Políticas Educacionais no Brasil. 26) Ensino fundamental de nove anos. 27) Relacionamento Pais e Escola, Ambiente Educacional e Familiar, Participação dos Pais. 28) História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. 29) Educação das Relações Étnico-Raciais. 30) Educação para Todos. 31) Didática da Matemática: a) A construção do número. b) A compreensão dos conceitos matemáticos pelas crianças. c) O Ensino e a aprendizagem da matemática e suas implicações teóricas. 32) Legislação.

- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e alterações. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e alterações. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação PNE.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015 e alterações. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- PIRATUBA. Lei Complementar nº 087/2017, de 13 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino de Piratuba.
- BRASIL. Ministério da Educação. A criança de 6 anos, a linguagem escrita e o Ensino Fundamental de Nove Anos.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coleção Educação para Todos.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção Educadores 2006**: Frederic Skinner; Henri Wallon; Jean Piaget; Lev Vygotsky; Maria Montessori; Paulo Freire; Sigmund Freud.
- BRASIL. Ministério da Educação. Ensino Fundamental de Nove Anos Orientações Gerais.



- BRASIL. Ministério da Educação. Ensino Fundamental de Nove Anos Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. 2007.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Currículo e Avaliação.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Currículo e Desenvolvimento Humano.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Currículo, Conhecimento e Cultura.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** Diversidade e Currículo.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** Educandos e Educadores.
- BRASIL. Ministério da Educação. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. SECAD, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa** A Alfabetização de Crianças com Deficiência: Uma Proposta Inclusiva (Educação Especial).
- BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa Alfabetização Matemática (todas as unidades).
- BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa Caderno de Apresentação: Formação do Professor Alfabetizador.
- BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa Ano 01 (todas as unidades).
- BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa Ano 02 (todas as unidades).
- BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa Ano 03 (todas as unidades).
- BRASIL. Ministério da Educação. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa Cadernos de Campo (todas as unidades).
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais**: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino de primeira à quarta série.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado**. Parâmetros em Ação Alfabetização. Módulo: Alfabetizar com textos.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria da Educação Básica**: Ensino Fundamental.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica: Gestão Democrática.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial: Educar na Diversidade, Material de Formação Docente 2006
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial: Saberes e Práticas da Inclusão Ensino Fundamental
- BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria da Educação Especial**: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial: Revista Inclusão Nº 1; 2; 3; 4; 5 e 6.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica: Proeja Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos — Educação Inicial e Continuada - Ensino Fundamental
- BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 7/2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
- ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (Org.) **Avaliação e Erro Construtivo Libertador**: Uma Teoria Prática Includente em Educação. Edipucrs.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. Paulo Freire Coleção Educadores MEC. Editora Massangana.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O Que é Método Paulo Freire. Editora Brasiliense.
- CARVALHO, Marlene. Guia Prático do Alfabetizador. Ed. Ática.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva:** Com os Pingos nos is. Editora Mediação.
- FERNÁNDEZ, Alicia. A inteligência aprisionada. Artes Médicas.
- FERREIRA, Berta Weil; RIES, Bruno Edgar (Orgs.) Psicologia e Educação. Desenvolvimento Humano Infância. Volume 1 e 2. Edipucrs.
- FERREIRO, Emília. Com todas as letras. Cortez.
- FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da Língua Escrita. Artmed.
- FILIPOUSKI, Ana Maria; MARCH, Diana; SCHAFFER, Neiva. Teorias e Fazeres na Escola em Mudança. Ufrgs.
- FONTANA, R e Cruz, N. Psicologia e trabalho pedagógico. Atual.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia Saberes Necessários à Prática Educativa. Editora Paz E Terra (Coleção Leitura).
- HERNANDEZ, Fernando, VENTURA, Montesserrat. A organização do currículo por projetos de trabalho. Artmed.
- KAMII, Constance. A Criança e o Número. Papirus.
- LA ROSA, Jorge (Org.). **Psicologia e Educação**. O significado do Aprender. Edipucrs.
- LIBÂNEO, José Carlos. Didática. Cortez.
- LIMA, Elvira Souza. Avaliação na Escola 1. GEDH
- MATTOS, Paula Belfort. A Arte de Educar. Cartilha de Artes e Educação para professores do Ensino Fundamental e Médio. Ministério da



Cultura. 2003.

- MOLL, Jaqueline (Org.). Educação de Jovens e Adultos. Editora Mediação.
- MOREIRA, Marco Antônio. Teorias de aprendizagem. EPU.
- MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. Cortez.
- MUNARI, Alberto. Tradução e organização Daniele Saheb. Jean Piaget Coleção Educadores MEC. Editora Massangana.
- PANIZZA, Mabel & Cols. Ensinar matemática na educação infantil e nas séries iniciais: análise e propostas. Artmed.
- PERRENOUD, Philippe. Dez novas competências para ensinar. Artmed.
- PILETTI, Claudino (Org.). Didática Especial. Ática
- PINTO, Álvaro Vieira. Sete Lições Sobre Educação de Adultos. Cortez.
- RANGEL, Ana Cristina. Educação matemática e a construção do número pela criança. Artmed.
- RAPPAPORT, Clara ET alii. Teorias do desenvolvimento. EPU.
- RÖHRS, Hermann. Organização e tradução Danilo Di Manno de Almeida Maria Leila Alves. Maria Montessori Coleção Educadores MEC. Editora Massangana.
- TEBEROSKY, Ana; COLOMER, Teresa. Aprender a ler e a escrever: uma proposta construtivista. Artmed.
- VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança por uma práxis transformadora. Libertad.
- WEISZ, Telma e SANCHEZ, Ana. O diálogo entre o Ensino e a Aprendizagem. Ed. Ática.

Conteúdo 2: 1) Estética e História da Arte: teorias e historiografias. 2) Didática do Ensino de Artes: A linguagem artística; Metodologia de ensino e aprendizagem em Artes. 3) Teatro e Educação. 4) Música e Educação. 5) Dança e Educação. 6) Arte e Educação como mediação cultural e social. 7) Cidadania. 8) Parâmetros Curriculares Nacionais.

- ARCHER, Michael. Arte Contemporânea: Uma História Concisa. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BARBOSA, Ana Mae. Inquietações e mudanças no ensino da arte. São Paulo: Cortez, 2007.
- BARBOSA, Ana Mae. Teoria e prática da Educação Artística. Cultrix.
- BARBOSA, Ana Mae; COUTINHO, Rejane Galvão. Arte/Educação como mediação cultural e social. São Paulo: Unesp, 2008.
- BATTISTONI FILHO, D. Pequena História da Arte. Papirus.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte.
- CAUQUELIN, Anne. Arte Contemporânea: Uma Introdução. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CAUQUELIN, Anne. Teorias da Arte. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CHIPP, H. B. **Teorias da Arte Moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- COLI, Jorge. O que é Arte? São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.
- FERRAZ, M.H.C.T.; FUSARI, M.F.R. Metodologia do Ensino da Arte: fundamentos e proposições. Cortez.
- FREIRE, Ida Mara. **Dança-Educação**: O corpo e o movimento no espaço do conhecimento (artigo). Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n53/a03v2153.pdf
- FRITZEN, C.; MOREIRA, J. Educação e Arte as linguagens artísticas na formação humana. Papirus.
- GOMBRICH, E. H. A História da Arte. Rio de Janeiro: LTC, 2000.
- IAVELBERG, R. Arte/Educação Modernista e Pós-Modernista: fluxos na sala de aula. Grupo A.
- IAVELBERG, R. Para gostar de aprender arte: sala de aula e formação de professores. Artmed.
- JAPIASSU, R.O.V. Metodologia do ensino de teatro. Papirus.
- KOUDELA, Ingrid Dormien. Jogos Teatrais. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- MASCARELLO, Fernando (org.). História do Cinema Mundial. Campinas: Papirus, 2007.
- OLIVEIRA, Marilda Oliveira de (org). Arte, Educação e Cultura. Santa Maria: UFSM, 2007.
- OSTROWER, Fayga. Universos da Arte. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- PENNA, M. Música(s) e seu ensino. Sulina.
- PILLAR, Analice Dutra (Org.). A educação do olhar no ensino das artes. Porto Alegre: Mediação, 1999.
- PROENÇA, G. Descobrindo a História da Arte. Ática.
- PROENÇA, G. História da Arte. Ática.
- PROSSER, E.S. Ensino de Artes. lesde.
- READ, Herbert. A Educação pela Arte. Martins Fontes, 2001.
- READ, Herbert. **Uma História da Pintura Moderna.** Martins Fontes, 2001.
- REVISTA DA FUNDARTE: Arte, Docência e Identidades. Montenegro, Ano 10, № 20, Julho/Dezembro 2010.
- SANTOS, Inaicyra Falcão dos. **Corpo e ancestralidade**: uma proposta pluricultural de dança, arte, educação. São Paulo: Terceira Margem, 2006.
- SCHAFER, Murray. O ouvido pensante. São Paulo: UNESP, 2003.



- SPOLIN, Viola. Jogos teatrais na sala de aula. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- ZAGONEL, B. Metodologia do Ensino de Arte. Ed. Intersaberes.
- ZAGONEL, B. Metodologia do Ensino de Artes Arte na Educação Escolar. IBPEX.

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL I E II - ATENDIMENTO ESCOLAR ESPECIALIZADO

Conteúdos: 1) O desenvolvimento da criança e do adolescente. 2) Projetos Pedagógicos e planejamento de aula. 3) Teorias Educacionais. 4) Concepções Pedagógicas. 5) Mediação da aprendizagem. 6) Avaliação. 7) Currículo. 8) Sexualidade. 9) Drogas. 10) Fracasso escolar. 11) A prática educativa. 12) Formação de professores. 13) Educação de Jovens e Adultos. 14) Mídia e Educação. 15) Disciplina e Limites. 16) Histórico da Educação Especial. 17) Papel do professor frente aos alunos com necessidades educativas especiais. 18) Atendimento educacional especializado. 19) Educação inclusiva e práticas pedagógicas. 20) A inserção escolar - relações entre família e escola. 21) Inclusão. 22) Conceito de Necessidades Educacionais Especiais. 23) Fundamentos da Educação Inclusiva. 24) Avaliação do aluno com NEE. 25) Serviços em Educação Especial. 26) Declaração de Salamanca. 27) Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. 28) Cidadania. 29) Parâmetros Curriculares Nacionais. 30) Diretrizes Curriculares Nacionais. 31) História e Cultura Afro Brasileira e Indígena. 32) Educação das Relações Étnico-Raciais. 33) Educação para Todos. 34) Legislação.

- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e alterações. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e alterações. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação PNE.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- PIRATUBA. Lei Complementar nº 087/2017, de 13 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino de Piratuba.
- BRASIL. Ministério da Educação. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar. (Todos os fascículos).
- BRASIL. Ministério da Educação. **Atendimento Educacional Especializado** Pessoa com surdez.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Atendimento Educacional Especializado** Deficiência Física.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Atendimento Educacional Especializado** Deficiência Mental.
- BRASIL. Ministério da Educação. Atendimento Educacional Especializado Deficiência Visual.
- BRASIL. Ministério da Educação. Atendimento Educacional Especializado Orientações Gerais e Educação a Distância.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção Educação para Todos**.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção Educadores 2006**: Frederic Skinner; Henri Wallon; Jean Piaget; Lev Vygotsky; Maria Montessori; Paulo Freire; Sigmund Freud.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Currículo e Avaliação.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Currículo e Desenvolvimento Humano.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Currículo, Conhecimento e Cultura.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Diversidade e Currículo.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Educandos e Educadores.
- BRASIL. Ministério da Educação. Jovens de 15 a 17 anos no Ensino Fundamental Caderno de Reflexões.
- BRASIL. Ministério da Educação. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. SECAD, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Adaptações Curriculares estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais.
- BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado**. Parâmetros em Ação Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries). Vol. I e II.
- BRASIL. Ministério da Educação. Programa Educação Inclusiva: Direito à diversidade A Escola.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Educação Inclusiva:** Direito à diversidade A Família.
- BRASIL. Ministério da Educação. Programa Educação Inclusiva: Direito à diversidade A Fundamentação Filosófica.
- BRASIL. Ministério da Educação. Programa Educação Inclusiva: Direito à diversidade O Município.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
- BRASIL. Ministério da Educação. Saberes e Práticas da inclusão Educação Infantil.
- BRASIL. Ministério da Educação. Saberes e Práticas da inclusão Ensino Fundamental.



- ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto (Org.) Avaliação e Erro Construtivo Libertador: Uma Teoria Prática Includente em Educação.
 Edipucrs.
- BOYNTON, Mark. Prevenção e resolução de problemas disciplinares: guia para educadores. Artmed.
- BRASIL. O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular. Ministério Público Federal. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva. 2ª Edição revisada e atualizada. Brasília. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. 2004.
- CARDOSO, Marilene da Silva. **Educação inclusiva e diversidade**: uma práxis educativa junto a alunos com necessidades especiais. Redes Editora.
- CARVALHO, Rosita Edler. Educação Inclusiva: Com os Pingos nos is. Editora Mediação.
- COLL, C, MARCHESI, A; PALACIOS J. Desenvolvimento psicológico e educação. Vol. 3. Artmed.
- Declaração de Salamanca disponível no site: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf
- FILIPOUSKI, Ana Maria; MARCH, Diana; SCHAFFER, Neiva. Teorias e Fazeres na Escola em Mudança. Ufrgs
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. Televisão & Educação Fruir e Pensar a TV. Autêntica.
- FONSECA, Vitor da. Educação especial: programa de estimulação precoce, uma introdução às idéias de Feuerstein. Artmed.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia Saberes Necessários à Prática Educativa. Paz E Terra.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia dos Sonhos Possíveis. Editora UNESP.
- GADOTTI, Moacir. História das Idéias Pedagógicas. Ática.
- GIANCATERINO, Roberto. Escola, Professor, Aluno. Madras.
- HERNANDEZ, Fernando, VENTURA, Montesserrat. A organização do currículo por projetos de trabalho. Artmed
- HOFFMANN, Jussara. Avaliação mediadora: uma prática em construção de pré-escola à universidade. Mediação.
- HOFFMANN, Jussara. O Jogo do Contrário em Avaliação. Mediação.
- IRA, Shor & FREIRE, Paulo. Medo e ousadia. Paz e Terra.
- LA ROSA, Jorge (Org.). Psicologia e Educação. O significado do Aprender. Edipucrs.
- LIBÂNEO, José Carlos. Didática. Cortez.
- LIMA, Elvira Souza. Avaliação na Escola 1. GEDH.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar. Cortez.
- MARINOSSON, Gretar L. Caminhos para Inclusão. Artmed.
- MEIER, Marcos; GARCIA, Sandra. Mediação da aprendizagem: contribuições de Feuerstein e de Vigotsky. Edição do Autor.
- MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. Cortez.
- OUTEIRAL, José. Adolescer: estudos revisados sobre a adolescência. Revinter.
- PACHECO, José. EGGERTSDTTIR, Rosa. MARINOSSON, Gretar L. Caminhos para Inclusão. Artmed.
- PERRENOUD, Philippe. Dez novas competências para ensinar. Artmed.
- PILETTI, Claudino (Org.). Didática Especial. Ática
- SEQUEIROS, Leandro. Educar para a solidariedade: projeto didático para uma nova cultura de relações entre os povos. Artmed.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de Identidade; uma introdução às teorias do currículo. Autêntica.
- STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. Inclusão: um guia para educadores. Trad. Magda França Lopes. Artmed.
- TIBA, Içami. Juventude & Drogas: anjos caídos. Integrare.
- VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança por uma práxis transformadora. Libertad.

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL I E II - INGLÊS

Conteúdo 1: 1) O desenvolvimento da criança e do adolescente. 2) Projetos Pedagógicos e planejamento de aula. 3) Teorias Educacionais. 4) Concepções Pedagógicas. 5) Mediação da aprendizagem. 6) Avaliação. 7) Currículo. 8) Sexualidade. 9) Drogas. 10) Fracasso escolar. 11) A prática educativa. 12) Formação de professores. 13) Educação de Jovens e Adultos. 14) Mídia e Educação. 15) Disciplina e Limites. 16) Cidadania. 17) Educação Inclusiva. 18) Relacionamento Pais e Escola, Ambiente Educacional e Familiar, Participação dos Pais. 19) Diretrizes Curriculares Nacionais. 20) Plano Nacional de Educação. 21) História e Cultura Afro Brasileira e Indígena. 22) Educação das Relações Étnico-Raciais. 23) Educação para Todos. 24) Legislação.

- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e alterações. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e alterações. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação PNE.
- BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- PIRATUBA. Lei Complementar nº 087/2017, de 13 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino de Piratuba.



- BRASIL. Ministério da Educação. Coleção Educação para Todos.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coleção Educadores 2006: Frederic Skinner; Henri Wallon; Jean Piaget; Lev Vygotsky; Maria Montessori; Paulo Freire; Sigmund Freud.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** Currículo e Avaliação.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Currículo e Desenvolvimento Humano.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Currículo, Conhecimento e Cultura.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Diversidade e Currículo.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Educandos e Educadores.
- BRASIL. Ministério da Educação. Jovens de 15 a 17 anos no Ensino Fundamental Caderno de Reflexões.
- BRASIL. Ministério da Educação. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. SECAD, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado**. Parâmetros em Ação Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries). Vol. I e II.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

Conteúdo 2: 1) Interpretação de Textos. 2) Vocabulário. 3) Estruturas gramaticais. 4) Cidadania. 5) Parâmetros Curriculares Nacionais. Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Estrangeira.
- MARTINET, A. V. & THOMPSON A. J. A practical English Grammar. Oxford UP.
- McCARTHY, Michael & O'DELL, Felicity. English Vocabulary in Use. Cambridge UP.
- MURPHY, Raymond. English Grammar in Use. Cambridge UP. (Red, Blue and Lilac).
- SWAN, Michael & WALTER, Catherine. How English Works: a grammar practice book. Oxford UP.

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL I E II - EDUCAÇÃO FÍSICA

Conteúdo 1: 1) O desenvolvimento da criança e do adolescente. 2) Projetos Pedagógicos e planejamento de aula. 3) Teorias Educacionais. 4) Concepções Pedagógicas. 5) Mediação da aprendizagem. 6) Avaliação. 7) Currículo. 8) Sexualidade. 9) Drogas. 10) Fracasso escolar. 11) A prática educativa. 12) Formação de professores. 13) Educação de Jovens e Adultos. 14) Mídia e Educação. 15) Disciplina e Limites. 16) Cidadania. 17) Educação Inclusiva. 18) Relacionamento Pais e Escola, Ambiente Educacional e Familiar, Participação dos Pais. 19) Diretrizes Curriculares Nacionais. 20) Plano Nacional de Educação. 21) História e Cultura Afro Brasileira e Indígena. 22) Educação das Relações Étnico-Raciais. 23) Educação para Todos. 24) Legislação.

- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e alterações. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e alterações. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação PNE.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- PIRATUBA. Lei Complementar nº 087/2017, de 13 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino de Piratuba.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coleção Educação para Todos.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção Educadores 2006**: Frederic Skinner; Henri Wallon; Jean Piaget; Lev Vygotsky; Maria Montessori; Paulo Freire; Sigmund Freud.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** Currículo e Avaliação.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Currículo e Desenvolvimento Humano.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Currículo, Conhecimento e Cultura.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Diversidade e Currículo.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Educandos e Educadores.
- BRASIL. Ministério da Educação. Jovens de 15 a 17 anos no Ensino Fundamental Caderno de Reflexões.
- BRASIL. Ministério da Educação. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. SECAD, 2006.



- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado**. Parâmetros em Ação Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries). Vol. I e II.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 4**, de 13 de julho de 2010. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.**

Conteúdo 2: 1) Movimentos, Esportes e Jogos na Infância; A transformação didática do esporte; A formação do professor de educação física e a importância da escola; fundamentos pedagógicos para o trato do conhecimento esporte; práticas didáticas para um conhecimento de si de crianças e jovens na educação física. Cognição; motricidade. 2) Lazer e Cultura; Conteúdos físico-esportivos e as vivências de lazer; vivência lúdica no lazer: humanização pelos jogos; brinquedos e brincadeiras. 3) Exercício físico e cultura esportiva; Esporte e mídia: do jogo ao telespetáculo; o discurso midiático sobre exercício físico, saúde e estética - implicações na educação física escolar; a televisão e a mediação tecnológica do esporte; Concepção crítico emancipatória da educação física. 4) O treinamento esportivo precoce; o talento esportivo na escola; o fenômeno esportivo enquanto realidade educacional; estudo do movimento humano; as diferentes interpretações do movimento humano; o interesse na análise do movimento pelas atividades lúdicas: brinquedo e jogo; o interesse pedagógico-educacional no movimento humano; os interesses da educação física no ensino do movimento, interesse na análise do movimento dança; o interesse na análise do movimento na aprendizagem motora; o interesse na análise do movimento nos esportes. 5) Didática das aulas abertas na educação física escolar; a experiência como elemento essencial ao ensino na educação física escolar; a educação física no currículo escolar; metodologia e mudança metodológica do ensino de educação física; visão pedagógica do movimento; educação/esporte/aula de educação física; o conteúdo esportivo na aula de educação física; avaliação do processo ensinoaprendizagem nas aulas de educação física. 6) Educação física e esporte; reflexões sobre a escola capitalista e a educação física escolar; o lugar e o papel do esporte na escola; gênese esportiva e seus laços com a educação física escolar. 7) Primeiros socorros para as aulas de educação física; atividades esportivas e acidentes durante as aulas; acidentes e primeiros socorros nas aulas de educação física; acidentes mais comuns em aulas de educação física. 8) Esportes individuais e coletivos. 9) Regras Oficiais: Atletismo, Basquetebol, Futebol, Futsal, Handebol, Voleibol. 10) Anatomia e fisiologia humana. 11) Atividade física, exercício físico, saúde e qualidade de vida. 12) Benefícios do exercício físico para a saúde. 13) Motivação para o exercício físico e para a prática esportiva. 14) Desenvolvimento motor. 15) Testes, Medidas e Avaliação Física. 16) Cidadania. 17) Parâmetros Curriculares Nacionais.

- ANDRADE JUNIOR, José Roulien de. Futsal: aquisição, iniciação e especialização. Juruá.
- ARRIBAS, Teresa Lleixá. A Educação Física dos 3 aos 8 anos. Artmed.
- ASSIS, Sávio de O. **Reinventando o esporte**: possibilidades da prática pedagógica. (Coleção educação física e esportes). Autores Associados, chancela editorial CBCE.
- BIZZOCCHI, Cacá. O voleibol de alto nível: da iniciação à competição. Manole.
- BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Ensino de 5ª a 8ª séries: Educação Física.
- CASTELLANI FILHO, L. Política Educacional e Educação Física Polêmicas do nosso tempo. Editora Autores Associados.
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. Cortez.
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ATLETISMO. Regras Oficiais de Competição.
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DO BASKETBALL. Regras do Jogo.
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL. Regras de Futebol.
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL DE SALÃO. Livro Nacional de Regras.
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE HANDEBOL. Regras de Jogo.
- CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL. Regras Oficiais.
- COSTA, Adilson Donizete da. Voleibol: sistemas e táticas. Sprint.
- DANTE DE ROSE JR. Esporte e Atividade Física na Infância e na Adolescência: Uma abordagem multidisciplinar. Artmed.
- DARIDO, S.C.; JÚNIOR, O.M.S. Para ensinar Educação Física Possibilidades de intervenção na escola. Papirus Editora.
- EHRET, Arno; SPÄTE, Dietrich; SCHUBERT, Renate; ROTH, Klaus. **Manual de handebol**: treinamento de base para crianças e adolescentes. Phorte.
- FERNANDES FILHO, J. **A prática da Avaliação Física**: Testes, Medidas e Avaliação Física em Escolares, Atletas e Academias de Ginástica. Shape.
- FERNANDES, José Luis. Futebol: da "escolinha" de futebol ao futebol profissional. E.P.U.
- FERREIRA, Ricardo Lucena. Futsal e a iniciação. Sprint.
- FLEGEL, Melinda J. Primeiros Socorros no Esporte. Ed. Manole.
- FREIRE, J.B. Educação de corpo inteiro. Scipione.
- FREIRE, J.B. Pedagogia do futebol. Autores Associados.



- GALLAHUE, D. L.& OZMUN, J. C. Compreendendo o Desenvolvimento Motor: Bebês, Crianças, Adolescentes e Adultos. Phorte.
- GIL, F; ESCUDEIRO, I. Manual básico de atletismo. Real Federación Española de Atletismo.
- HILDEBRANDT-STRAMANN, Reinner. Textos pedagógicos sobre o ensino da educação física. Unijiu.
- KOLYNIAK FILHO, C. Educação Física: uma (nova) introdução. Educ.
- KUNZ, Elenor (org). Didática da Educação Física 2. Unijui.
- KUNZ, Elenor. Transformação didático-pedagógica do esporte. Unijui.
- MAGILL, R. Aprendizagem Motora: conceitos e aplicações. Edgard Blucher.
- MARCELLINO, Nelson (org). Lazer e Cultura. Alínea.
- MARCELINO, N.C. Pedagogia da Animação. Papirus.
- MATTHIESEN, S.Q. Atletismo se aprende na escola. Fontoura.
- MENESTRINA, E. Educação Física e Saúde. Unijuí.
- NOVAES, G.S.; NOVAES, J.S. Manual de Primeiros Socorros para Educação Física. Sprint.
- PIRES, Giovani De L. Educação Física e o Discurso Midiático: abordagem crítico-emancipatória. Unijui.
- REGRAS OFICIAIS DE FUTEBOL. Sprint, 2008 e 2009.
- ROSE JUNIOR, Dante. Modalidades Esportivas Coletivas. Guanabara Koogan.
- SANTANA, Wilton Carlos de. Futsal: apontamentos pedagógicos na iniciação e na especialização. Autores Associados.
- SANTINI, Joarez. Voleibol Escolar: da iniciação ao treinamento. Ulbra.
- STIGGER, M.P. Educação Física, Esporte e Diversidade. Autores Associados.
- TANI, G.; MANOEL, E.J.; KOKUBUN, E.; PROENÇA, J.E. **Educação Física escolar**; Fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista. Edusp/ EPU.
- TANK, P.W. Atlas de Anatomia Humana. Artmed.
- TEIXEIRA, Hudson Ventura. Educação física e desportos: técnicas, táticas, regras e penalidades. Saraiva.
- TENROLLER, Carlos Alberto. Brincando e treinando goleiros: futebol de campo, handebol e futsal. Nova Prova.
- TOLKMITT, Valda Marcelino. Educação física numa concepção sociointeracionista de 5ª a 8ª série. Módulo.
- TORTORA, G.J. Corpo humano: fundamentos de anatomia e fisiologia. Artmed.
- VOSER, Rogério da Cunha. Futebol: história, técnica e treino de goleiro. Edipucrs.

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II - CIÊNCIAS

Conteúdo 1: 1) O desenvolvimento da criança e do adolescente. 2) Projetos Pedagógicos e planejamento de aula. 3) Teorias Educacionais. 4) Concepções Pedagógicas. 5) Mediação da aprendizagem. 6) Avaliação. 7) Currículo. 8) Sexualidade. 9) Drogas. 10) Fracasso escolar. 11) A prática educativa. 12) Formação de professores. 13) Educação de Jovens e Adultos. 14) Mídia e Educação. 15) Disciplina e Limites. 16) Cidadania. 17) Educação Inclusiva. 18) Relacionamento Pais e Escola, Ambiente Educacional e Familiar, Participação dos Pais. 19) Diretrizes Curriculares Nacionais. 20) Plano Nacional de Educação. 21) História e Cultura Afro Brasileira e Indígena. 22) Educação das Relações Étnico-Raciais. 23) Educação para Todos. 24) Legislação.

- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e alterações. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e alterações. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação PNE.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- PIRATUBA. Lei Complementar nº 087/2017, de 13 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino de Piratuba.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coleção Educação para Todos.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção Educadores 2006**: Frederic Skinner; Henri Wallon; Jean Piaget; Lev Vygotsky; Maria Montessori; Paulo Freire; Sigmund Freud.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Currículo e Avaliação.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Currículo e Desenvolvimento Humano.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Currículo, Conhecimento e Cultura.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Diversidade e Currículo.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Educandos e Educadores.
- BRASIL. Ministério da Educação. Jovens de 15 a 17 anos no Ensino Fundamental Caderno de Reflexões.
- BRASIL. Ministério da Educação. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. SECAD, 2006.



- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado**. Parâmetros em Ação Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries). Vol. I e II.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 4**, de 13 de julho de 2010. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.**

Conteúdo 2: 1) A Vida no Nível da Célula: Organização básica de células procarióticas e eucarióticas: estrutura e função das substâncias orgânicas e inorgânicas que compõem os seres vivos; Metabolismo celular; Reprodução sexuada e Embriologia. 2) Fundamentos da Genética. Processos de evolução: Teorias da evolução; Causas genéticas da variabilidade; Seleção e Adaptação; Isolamento reprodutivo e formação de novas espécies; Origem e evolução da espécie humana. 3) A Diversidade da Vida. Vírus: Estruturas, ciclo de vida e patologias relacionadas. Monera, Protista e Fungi: Características gerais e aspectos básicos da reprodução; Importância ecológica e econômica; Prevenção das principais doenças humanas. Plantas: Características gerais dos principais grupos de plantas; Evolução das plantas e adaptações morfológicas e reprodutivas ao ambiente; Organização morfológica básica, crescimento, desenvolvimento e reprodução das Angiospermas. Animais: Características gerais e hábitat dos principais grupos de animais; Evolução dos animais e comparação dos principais grupos quanto à alimentação, locomoção, respiração, circulação, excreção, osmorregulação e reprodução; Estrutura básica e fisiologia dos sistemas do corpo humano; Nutrição e desnutrição; Reprodução Humana e regulação neuro-endócrina; Doenças sexualmente transmissíveis; Constituição do pensamento humano. 4) Os Seres Vivos e o Ambiente: Populações, comunidades e ecossistemas; O fluxo energético e os ciclos da matéria nos ecossistemas; Ecologia humana: O crescimento da população humana como fenômeno histórico; As atividades humanas e as alterações provocadas nos ecossistemas; A utilização dos recursos naturais; O problema da geração de resíduos sólidos em excesso: a reciclagem e o tratamento adequado dos resíduos e seus efluentes; O problema do esgoto e o tratamento da água; Saúde: indicadores; determinantes sociais; a importância do controle ambiental, do saneamento básico, da vigilância sanitária e epidemiológica e dos serviços de assistência à saúde. 5) Metodologias no Ensino das Ciências e a organização da prática educativa. 6) Educação Ambiental: Abordagens contextualizadas com enfoque interdisciplinar de questões polêmicas contemporâneas relacionadas às discussões de desequilíbrios ambientais e ecológicos, de qualidade de vida, de saúde pública, das relações entre tecnologia e sociedade e de outras questões recorrentes às ciências, amplamente veiculadas pelos meios de divulgação científica e comunicação social. 7) Metodologia do Ensino de Ciências. 8) Cidadania. 9) Parâmetros Curriculares Nacionais.

Referências Bibliográficas:

- AMABIS, J. M. e MARTHO, G. R. Fundamentos da Biologia Moderna. Moderna.
- BARROS, C.; PAULINO, W.R. Física e química. Ática.
- BARNES, R.D.; RUPPERT, E.E. Zoologia dos Invertebrados. Roca.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: Ciências Naturais.
- CÉSAR e SEZAR. Biologia. Volume Único. Ed. Saraiva.
- CURTIS, H. Biologia. Guanabara Koogan.
- DE ROBERTIS, E. Biologia Celular e Molecular. Ed. Guanabara Koogan.
- DIAS, G. F. Educação Ambiental: princípios e práticas. Gaia.
- FELTRE, Ricardo. Química. v. 1, 2 e 3. Moderna.
- LOPES, Sônia. Coleção BIO volume único. Editora Saraiva.
- NAZARENO, E.B. Metodologia e Prática do Ensino de Ciências Naturais. Unisa.
- ODUM, E. Fundamentos de Ecologia. Ed. Guanabara Koogan.
- POLON, S.A.M. Teoria e Metodologia do Ensino de Ciências. Unicentro.
- PURVES, W.K.; SADAVA, D.; ORIANS; G.H.; HELLER, H.C. Vida, A Ciência da Biologia. Artmed.
- RAVEN, P.H. Biologia Vegetal. Guanabara Koogan.
- TITO & CANTO. **Química na abordagem do cotidiano**. Volume Único. Moderna.

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II - ENSINO RELIGIOSO

Conteúdo 1: 1) O desenvolvimento da criança e do adolescente. 2) Projetos Pedagógicos e planejamento de aula. 3) Teorias Educacionais. 4) Concepções Pedagógicas. 5) Mediação da aprendizagem. 6) Avaliação. 7) Currículo. 8) Sexualidade. 9) Drogas. 10) Fracasso escolar. 11) A prática educativa. 12) Formação de professores. 13) Educação de Jovens e Adultos. 14) Mídia e Educação. 15) Disciplina e Limites. 16) Cidadania. 17) Educação Inclusiva. 18) Relacionamento Pais e Escola, Ambiente Educacional e Familiar, Participação dos Pais. 19) Diretrizes Curriculares Nacionais. 20) Plano Nacional de Educação. 21) História e Cultura Afro Brasileira e Indígena. 22) Educação das Relações Étnico-Raciais. 23) Educação para Todos. 24) Legislação.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e alterações. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.



- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e alterações. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação PNE.
- BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- PIRATUBA. Lei Complementar nº 087/2017, de 13 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino de Piratuba.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coleção Educação para Todos.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção Educadores 2006**: Frederic Skinner; Henri Wallon; Jean Piaget; Lev Vygotsky; Maria Montessori; Paulo Freire; Sigmund Freud.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Currículo e Avaliação.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Currículo e Desenvolvimento Humano.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** Currículo, Conhecimento e Cultura.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Diversidade e Currículo.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Educandos e Educadores.
- BRASIL. Ministério da Educação. Jovens de 15 a 17 anos no Ensino Fundamental Caderno de Reflexões.
- BRASIL. Ministério da Educação. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. SECAD, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado**. Parâmetros em Ação Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries). Vol. I e II.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

Conteúdo 2: 1) Os objetivos Gerais do Ensino Religioso para o Ensino Fundamental. 2) Culturas e Tradições Religiosas: filosofia da tradição religiosa; história e tradição religiosa; sociologia e tradição religiosa; psicologia e tradição religiosa. 3) Escrituras Sagradas e ou Tradições orais: Revelação; história das narrativas sagradas; contexto cultural; exegese. 4) Teologias: Divindades; verdades de fé; vida além morte; 5) Ritos: Rituais; símbolos e espiritualidades. 6) Despertar o aluno para a fé e para valores que o conduzem a uma vida mais feliz; 7) Respeito a pluralidade cultural e religiosa. 8) Os Fundamentos Cristãos. 9) Ecumenismo. 10) Desvendar os caminhos da convivência, da Solidariedade, do respeito mútuo e do amor. 11) Senso Ético. 12) Preparação para a cidadania. 13) Cidadania. 14) Parâmetros Curriculares Nacionais.

- Bíblia Sagrada.
- BRANDENBURG, Laude Erandi; FUCHS, Henri Luiz; KLEIN, Remi; WACHS, Manfredo Carlos (Org.). Ensino Religioso na escola: base, experiências e desafios.
- ______. Práxis do Ensino Religioso na Escola. Sinodal.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: Temas Transversais: Pluralidade Cultural Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Secretaria de Estado da Educação PR. Ensino Religioso: Diversidade Cultural e Religiosa.
 Disponível em: http://www.ensinoreligioso.seed.pr.gov.br/arquivos/File/livro er 19 3 2015.pdf
- BRUNNER-TRAUT, Emma (org.). **Os fundadores das grandes religiões**: Akhenaton, Zaratustra, Moisés, Jesus, Mani, Maomé, Buda, Confúcio, Lao-Tse. Vozes.
- GAARDER, Jostein, HELLERN, Victor, NOTAKER, Henry. O livro das religiões. Companhia das Letras.
- JUNQUEIRA, Sérgio; RODRIGUES, Edile Fracaro. Fundamentando Pedagogicamente o Ensino Religioso. Editora IBPEX.
- KEIM, E.J. Ensino Religioso no Ensino Fundamental. Cortez.
- MUNDO JOVEM. Ensino Religioso e Cidadania textos e dinâmicas. Edipucrs.
- OLENIKI, Marilac Loraine R., DALDEGAN, Viviane Mayer. Encantar: uma prática pedagógica no Ensino Religioso. Vozes.
- OLIVEIRA, Lilian Blanck de; JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; ALVES, Luiz Alberto Sousa; KEIM, Ernesto Jacob. Ensino Religioso no Ensino Fundamental. Cortez.
- SCHLOGL, Emerli. Ensino Religioso perspectivas para os anos finais do ensino fundamental e para o ensino médio. Editora IBPEX.
- WILGES, Irineu. Cultura Religiosa: as religiões no mundo. Vozes.



PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II - GEOGRAFIA

Conteúdo 1: 1) O desenvolvimento da criança e do adolescente. 2) Projetos Pedagógicos e planejamento de aula. 3) Teorias Educacionais. 4) Concepções Pedagógicas. 5) Mediação da aprendizagem. 6) Avaliação. 7) Currículo. 8) Sexualidade. 9) Drogas. 10) Fracasso escolar. 11) A prática educativa. 12) Formação de professores. 13) Educação de Jovens e Adultos. 14) Mídia e Educação. 15) Disciplina e Limites. 16) Cidadania. 17) Educação Inclusiva. 18) Relacionamento Pais e Escola, Ambiente Educacional e Familiar, Participação dos Pais. 19) Diretrizes Curriculares Nacionais. 20) Plano Nacional de Educação. 21) História e Cultura Afro Brasileira e Indígena. 22) Educação das Relações Étnico-Raciais. 23) Educação para Todos. 24) Legislação.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e alterações. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e alterações. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação PNE.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- PIRATUBA. Lei Complementar nº 087/2017, de 13 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino de Piratuba.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coleção Educação para Todos.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção Educadores 2006**: Frederic Skinner; Henri Wallon; Jean Piaget; Lev Vygotsky; Maria Montessori; Paulo Freire; Sigmund Freud.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Currículo e Avaliação.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Currículo e Desenvolvimento Humano.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Currículo, Conhecimento e Cultura.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Diversidade e Currículo.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Educandos e Educadores.
- BRASIL. Ministério da Educação. Jovens de 15 a 17 anos no Ensino Fundamental Caderno de Reflexões.
- BRASIL. Ministério da Educação. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. SECAD, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado**. Parâmetros em Ação Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental (5º a 8º séries). Vol. I e II.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 4**, de 13 de julho de 2010. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.**

Conteúdo 2: 1) Meio Ambiente: A questão ambiental e as relações entre a natureza e a sociedade; Mudanças Climáticas; Evolução da humanidade e o clima; Fontes de energia no mundo; Políticas Nacionais e Internacionais sobre mudanças climáticas; Recursos naturais: localização e potencialidades; Os recursos energéticos (biomassa, hidreletricidade, outras fontes de energia, etc) e os recursos naturais; Geografia e educação ambiental. Climatologia: camadas da atmosfera; caracterização, funções, processos e composição da atmosfera. 2) Meio Físico: Forma, dimensões, movimentos e estrutura do Planeta Terra; Caracterização do meio físico (geologia, geomorfologia, vegetação, domínios, biomas; processos erosivos e de formação do solo; transformações naturais e antrópicas, etc.); As paisagens naturais; Áreas degradadas: identificação e recuperação; Climatologia. 3) Geografia Humana: Epistemologia da Geografia: conceitos e linguagem geológico-geomorfológico, metodologias, princípios e paradigmas; Geografia da População: aspectos demográficos, estrutura, dinâmica, migrações e distribuição da população; Geografia dos espaços rural e urbano; Geografia Econômica: as atividades econômicas, os blocos econômicos, a questão da globalização e a crise do capitalismo internacional no início do século XXI; Geografia política: Os conjuntos de países e as relações de poder; a geopolítica mundial no início do século XXI. 4) Cartografia: Meios de orientação e de representação cartográfica; Localização de pontos por coordenadas geográficas; Transformação e cálculo de escalas; Sistemas de projeções; Cartografia digital; A Cartografia e o ensino de Geografia. 5) Recursos Hídricos: O ciclo da água; Identificação de bacias hidrográficas; Identificação de sistemas de drenagem. O ecossistema costeiro e o uso racional do mar; Fenômenos oceonográficos e climatológicos no Brasil. 6) Metodologia do ensino de Geografia. 7) Cidadania. 8) Parâmetros Curriculares Nacionais.

- BRASIL. Ministério da Educação Secretaria da Educação Básica. Coleção Explorando o Ensino Geografia. Vol. 22.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Geografia.
- CAMARA, G.; CASANOVA, M.A.; HEMERLY, A.S.; MAGALHÃES, G.C.; MEDEIROS, C.M.B. Anatomia de Sistemas de Informações Geográficas. INPE, IBM Brasil, CPqD/TELEBRÁS, Unicamp.
- CARLOS, A.F.A. (org); LENCIONI, S. e outros. Novos Caminhos da Geografia. Contexto.



- CASTROGIOVANNI, A.C.; KAERCHER, N.A.; GOULART, L.B.; SCHAFFER, N.O. **Um Globo em suas mãos, práticas para a sala de aula**. UFRGS.
- FITZ, P.R. Cartografia básica. Oficina de Textos.
- Geoprocessamento sem complicação. Oficina de Textos.
- GUERRA, A.J.T. Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico. Ed. Bertrand Brasil.
- GUERRA, A.J.T.; CUNHA, S.B. da C. Geomorfologia do Brasil. Bertrand Brasil.
- . **Geomorfologia e Meio Ambiente**. Bertrand Brasil .
- Geomorfologia, uma atualização de Bases e Conceitos. Bertrand Brasil.
- GUERRA, A.J.T.; SILVA, A.S. da; BOTELHO, R.G.M. (orgs). Erosão e Conservação dos Solos, Conceitos, Temas e Aplicações. Bertrand Brasil.
- MACHADO, M.C.S.; BRITO, T. **Antártica**: Ensino Fundamental e Ensino Médio. Coleção Explorando o Ensino vol. 9. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica.
- MOREIRA, C.R.B.S.; VASCONCELOS, J.A. Metodologia do Ensino de História e Geografia. Ed. IBEPEX.
- MOREIRA. O que é Geografia. Brasiliense.
- OLIVEIRA, G.S.; SILVA, N.F.; HENRIQUES, R. **Mudanças Climáticas**: Ensino Fundamental e Médio. Coleção Explorando o Ensino vol. 13. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica.
- SANTOS, M. Por uma nova geografia. EDUSP.
- . Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal. Record.
- SCHNEEBERGER, C.A. Minimanual compacto de geografia geral: teoria e prática. Rideel.
- SERAFIM, C.F.S.; CHAVES, P.T. **Geografia**: Ensino Fundamental e Ensino Médio: o mar no espaço geográfico brasileiro. Coleção Explorando o Ensino vol. 8. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica.
- SUERTEGARAY, D.M.A. Notas sobre Epistemologia da Geografia. UFRGS.
- TEIXEIRA, W.; TOLEDO, M.C.M. de; FAIRCHILD, T.R.; TAIOLI, F. Decifrando a Terra. USP.
- VESENTINI, J.W. O Ensino de Geografia no Século XXI. Papirus.

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II - HISTÓRIA

Conteúdo 1: 1) O desenvolvimento da criança e do adolescente. 2) Projetos Pedagógicos e planejamento de aula. 3) Teorias Educacionais. 4) Concepções Pedagógicas. 5) Mediação da aprendizagem. 6) Avaliação. 7) Currículo. 8) Sexualidade. 9) Drogas. 10) Fracasso escolar. 11) A prática educativa. 12) Formação de professores. 13) Educação de Jovens e Adultos. 14) Mídia e Educação. 15) Disciplina e Limites. 16) Cidadania. 17) Educação Inclusiva. 18) Relacionamento Pais e Escola, Ambiente Educacional e Familiar, Participação dos Pais. 19) Diretrizes Curriculares Nacionais. 20) Plano Nacional de Educação. 21) História e Cultura Afro Brasileira e Indígena. 22) Educação das Relações Étnico-Raciais. 23) Educação para Todos. 24) Legislação.

- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e alterações. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e alterações. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação PNE.
- BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- PIRATUBA. Lei Complementar nº 087/2017, de 13 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino de Piratuba.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coleção Educação para Todos.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção Educadores 2006**: Frederic Skinner; Henri Wallon; Jean Piaget; Lev Vygotsky; Maria Montessori; Paulo Freire; Sigmund Freud.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Currículo e Avaliação.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Currículo e Desenvolvimento Humano.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Currículo, Conhecimento e Cultura.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** Diversidade e Currículo.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Educandos e Educadores.
- BRASIL. Ministério da Educação. Jovens de 15 a 17 anos no Ensino Fundamental Caderno de Reflexões.
- BRASIL. Ministério da Educação. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. SECAD, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais.



- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado**. Parâmetros em Ação Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries). Vol. I e II.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

Conteúdo 2: 1) Processo Civilizatório: Pré-história da América, Pré-história do Brasil. 2) Civilizações da Antiguidade Oriental e Ocidental. 3) Idade Média: Europa, Ásia e África. 4) Transição Idade Média / Idade Moderna. 5) História da África 6) As Revoluções Burguesas. 7) Idade Contemporânea: o Brasil e o Mundo nos Séculos XIX, XX e XXI. 8) Conhecimento sobre as Teorias da História, historiografia, autores fundamentais e intérpretes do Brasil. 9) Metodologia do ensino de História. 10) Cidadania. 11) Parâmetros Curriculares Nacionais. Referências Bibliográficas:

- BETHELL, Leslie (Org.). História da América Latina. Vol. 1. América Latina Colonial. São Paulo: Edusp.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998.
- FAUSTO, Boris. História do Brasil. SP: EDUSP.
- HOBSBAWM, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX (1924-1991). São Paulo: Cia das Letras.
- KARNAL, Leandro. Estados Unidos A Formação da Nação. Contexto.
- KERN, Arno Alvarez. Antecedentes Indígenas. Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- LE GOFF, Jacques. A civilização do ocidente medieval. Bauru: EDUSC.
- MOREIRA, C.R.B.S.; VASCONCELOS, J.A. Metodologia do Ensino de História e Geografia. Ed. IBEPEX.
- THOMPSON, E. P. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. Companhia das Letras.
- VISENTINI, Paulo G. F.; RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. Breve História da África. Porto Alegre: Leitura XXI.
- WASSERMAN, Cláudia, GUAZZELLI, Cézar Augusto. B. (Organizadores). Ditaduras Militares na América Latina. UFRGS (2004).
- WEBER, Max. A ética Protestante e o espírito do capitalismo. Companhia das Letras.

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II - MATEMÁTICA

Conteúdo 1: 1) O desenvolvimento da criança e do adolescente. 2) Projetos Pedagógicos e planejamento de aula. 3) Teorias Educacionais. 4) Concepções Pedagógicas. 5) Mediação da aprendizagem. 6) Avaliação. 7) Currículo. 8) Sexualidade. 9) Drogas. 10) Fracasso escolar. 11) A prática educativa. 12) Formação de professores. 13) Educação de Jovens e Adultos. 14) Mídia e Educação. 15) Disciplina e Limites. 16) Cidadania. 17) Educação Inclusiva. 18) Relacionamento Pais e Escola, Ambiente Educacional e Familiar, Participação dos Pais. 19) Diretrizes Curriculares Nacionais. 20) Plano Nacional de Educação. 21) História e Cultura Afro Brasileira e Indígena. 22) Educação das Relações Étnico-Raciais. 23) Educação para Todos. 24) Legislação.

- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e alterações. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e alterações. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação PNE.
- BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- PIRATUBA. Lei Complementar nº 087/2017, de 13 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino de Piratuba.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coleção Educação para Todos.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção Educadores 2006**: Frederic Skinner; Henri Wallon; Jean Piaget; Lev Vygotsky; Maria Montessori; Paulo Freire; Sigmund Freud.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Currículo e Avaliação.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** Currículo e Desenvolvimento Humano.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Currículo, Conhecimento e Cultura.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Diversidade e Currículo.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Educandos e Educadores.
- BRASIL. Ministério da Educação. Jovens de 15 a 17 anos no Ensino Fundamental Caderno de Reflexões.
- BRASIL. Ministério da Educação. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. SECAD, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado**. Parâmetros em Ação Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental (5º a 8º séries). Vol. I e II.



- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

Conteúdo 2: 1) Conjuntos Numéricos: Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais, Reais — propriedades, operações, representação geométrica, divisibilidade, números primos, fatoração, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum. 2) Equações e inequações: 1º grau, 2º grau, exponencial, logarítmica. 3) Funções: função polinomial do 1º grau, função polinomial do 2º grau, função exponencial, função logarítmica, funções trigonométricas. 4) Trigonometria: triângulo retângulo, triângulos quaisquer, ciclo trigonométrico, relações entre arcos, equações e inequações. 5) Sequências numéricas: progressão aritmética e progressão geométrica. 6) Matriz, determinante e sistemas lineares. 7) Análise Combinatória. 8) Probabilidade. 9) Estatística. 10) Matemática Financeira: juros simples e compostos, descontos, taxas proporcionais; razão e proporção, regra de três, porcentagem, taxas de acréscimo e decréscimos, taxa de lucro ou margem sobre o preço de custo e sobre o preço de venda. 11) Geometria Plana: ângulos, polígonos, triângulos, quadriláteros, círculo, circunferência, polígonos regulares inscritos e circunscritos. Propriedades, perímetro e área. 12) Geometria Espacial: poliedros, prismas, pirâmide, cilindro, cone esfera. Elementos, classificação, áreas e volume. 13) Geometria Analítica: ponto, reta e circunferência. 14) Cônicas: elipse, hipérbole, parábola. 15) Números Complexos. 16) Polinômios e Equações Algébricas. 17) Cálculo diferencial e integral de funções de uma variável: limite, derivada e integral. Cálculo e aplicações. 18) Raciocínio lógico. 19) Aplicação dos conteúdos acima listados em situações cotidianas. 20) Metodologia do Ensino de Matemática. 21) Cidadania. 22) Parâmetros Curriculares Nacionais.

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN): Matemática. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- CARVALHO, D.L. Metodologia do Ensino da Matemática. Cortez.
- Livros que contemplem os conteúdos indicados.

PROFESSOR ENSINO FUNDAMENTAL II - PORTUGUÊS

Conteúdo 1: 1) O desenvolvimento da criança e do adolescente. 2) Projetos Pedagógicos e planejamento de aula. 3) Teorias Educacionais. 4) Concepções Pedagógicas. 5) Mediação da aprendizagem. 6) Avaliação. 7) Currículo. 8) Sexualidade. 9) Drogas. 10) Fracasso escolar. 11) A prática educativa. 12) Formação de professores. 13) Educação de Jovens e Adultos. 14) Mídia e Educação. 15) Disciplina e Limites. 16) Cidadania. 17) Educação Inclusiva. 18) Relacionamento Pais e Escola, Ambiente Educacional e Familiar, Participação dos Pais. 19) Diretrizes Curriculares Nacionais. 20) Plano Nacional de Educação. 21) História e Cultura Afro Brasileira e Indígena. 22) Educação das Relações Étnico-Raciais. 23) Educação para Todos. 24) Legislação.

- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e alterações. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e alterações. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Plano Nacional de Educação PNE.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
- PIRATUBA. Lei Complementar nº 087/2017, de 13 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino de Piratuba.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coleção Educação para Todos.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Coleção Educadores 2006**: Frederic Skinner; Henri Wallon; Jean Piaget; Lev Vygotsky; Maria Montessori; Paulo Freire; Sigmund Freud.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Currículo e Avaliação.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** Currículo e Desenvolvimento Humano.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Currículo, Conhecimento e Cultura.
- BRASIL. Ministério da Educação. Indagações sobre Currículo Diversidade e Currículo.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Indagações sobre Currículo** Educandos e Educadores.
- BRASIL. Ministério da Educação. Jovens de 15 a 17 anos no Ensino Fundamental Caderno de Reflexões.
 BRASIL. Ministério da Educação. Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. SECAD, 2006.
- BRASIL. Ministério da Educação. Orientações e Ações para Educação das Relações Etinico-Raciais. SECAD, 2000.
 BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Introdução aos
- Parâmetros Curriculares Nacionais.

 BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de Desenvolvimento Profissional Continuado**. Parâmetros em Ação Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries). Vol. I e II.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 4**, de 13 de julho de 2010. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.**



Conteúdo 2: 1) Leitura e interpretação de textos. 2) Gêneros e tipos textuais. 3) Variedades linguísticas, linguagem oral e linguagem escrita. 4) Níveis de linguagem. 5) Funções da linguagem. 6) Conotação e denotação. 7) Figuras de estilo. 8) Vícios de linguagem. 9) Coesão e coerência. 10) Intertextualidade. 11) Significação das palavras. 12) Morfologia: constituição do léxico português, estrutura, formação e classificação das palavras. 13) Sintaxe: frase, tipos de frases, estrutura da frase/oração, período simples e período composto, análise sintática interna - termos essenciais, termos integrantes e termos acessórios da oração, análise sintática externa - orações coordenadas, orações subordinadas e orações reduzidas. 14) Regência nominal e verbal. 15) Concordância nominal e verbal. 16) Colocação de pronomes oblíquos. 17) Fonologia. 18) Ortografia. 19) Acentuação. 20) Crase. 21) A oficialização da língua portuguesa. 22) História da língua portuguesa e a nova ortografia. 23) Pontuação e implicações semânticas relacionadas ao emprego dos sinais. 24) Língua e linguagem. 25) Linguística. 26) Terminologia da linguística. 27) Semântica. 28) Educação. 29) Ensino e compreensão da leitura. 30) Ensino e compreensão da leitura. 31) Psicolinguística. 32) Literatura. 33) Terminologia da literatura. 34) Cidadania. 35) Parâmetros Curriculares Nacionais.

- BAGNO, M. Gramática pedagógica do português brasileiro. Parábola.
- BAGNO, M. Língua, linguagem, linguística: pondo os pingos nos ii. Parábola.
- BAGNO, M. Preconceito linguístico: o que é, como se faz. 49. ed. Loyola.
- BECHARA. E. Moderna Gramática Portuguesa. Companhia Editora Nacional.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua Portuguesa.
- CARNEIRO, Agostinho. Redação em construção. Moderna.
- CARONE, F. de B. Morfossintaxe. Ática.
- CHALHUB, Samira. Funções da Linguagem. Ática.
- CHIAPPINI, L. Aprender e ensinar com textos didáticos e paradidáticos. Cortez.
- CHOMSKY, N. Novos horizontes no estudo da linguagem e da mente. UNESP.
- COLOMER, T.; CAMPS, Anna. Ensinar a ler, ensinar a compreender. Artmed.
- CRYSTAL, D. Dicionário de linguística e fonética. Zahar.
- CUNHA, C e CINTRA I. Nova gramática do português. Nova Fronteira.
- EAGLETON, **Teoria de literatura**: uma introdução. 6. ed. Martins Fontes.
- FIORIN, J.L. Linguagem e ideologia. 7. ed. Ática.
- FIORIN, J.L. e SAVIOLI, F.P. Lições de textos. Ática.
- GERALDI, J. W. O texto em sala de aula. Ática.
- GERALDI, J. W.; ILARI, R. Semântica. 10. ed. S Ática
- GONZAGA, S. Curso de literatura brasileira. Leitura XXI.
- KAUFMAN, A.M. e RODRIGUES, M.E. Escola. Leitura e produção de textos. Artes Médicas.
- KLEIMAN. A. **Texto e leitor**: aspectos cognitivos da leitura. Pontes.
- KLEIMAN. A. Leitura e intertextualidade. Artes Médicas.
- KOCH, I.G.V. A coesão textual. Contexto.
- KOCH, I. V.; BENTES, A. C.; CAVALCANTE, M. M. Intertextualidade: diálogos possíveis. 2. ed. Cortez.
- KOCH, I. L. TRAVAGLIA, L.C. **Texto e coerência**. Cortez.
- MARCUSHI, Luiz Antonio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In Dionísio, A.P. et al. Gêneros textuais e ensino.
- MOISÉS, M. Dicionário de termos literários. 12. ed. Cultrix.
- MOISES, M. Literatura brasileira: das origens aos nossos dias. Cultrix.
- NICOLA, José de. Gramática e Literatura: Ensino Médio: Volume Único
- PASQUALE e ULISSES. Gramática da Língua Portuguesa. Scipione.
- PERINI, M. A. Gramática do português brasileiro. Parábola.
- RANGEL, J. N. M. Leitura na escola: espaço para gostar de ler. Mediação.
- ROCHA Lima, Carlos Henrique. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**.
- SAUSSURE, F. Curso de linguística geral. 26. ed. Cultrix.
- SMITH, F. Compreendendo a leitura: uma análise psicolinguística da leitura e do aprender a ler. 4. ed. Artmed.
- SOARES, M.B. Linguagem e escrita: uma perspectiva social. Ática.
- VAL, M.G.C. Redações e textualidade. Martins Fontes.
- VANOYE, Francis. Usos da linguagem. Martins Fontes.



ANEXO III - RELAÇÃO DE TÍTULOS

Cargo:		Nº da inscrição:		go da Banca)
Nome do candidat	o: _			
		PROCESSO SELETIVO № 002/2018 - MUNICÍPIO DE PIRAT	TUBA	
		Campos para preenchimento pelo candidato		(a cargo da Banca)
	N º (*)	Histórico / Resumo	Pré – pontuação	(a cargo da Barrea)
Exigência do Cargo		Comprovante e/ou Declaração de habilitação para o cargo.		
	-	() concluído () em andamento. Não será utilizado para pontuação.	-0-	-
Doutorado				
Mestrado				
Pós-Graduação				
^(*) Os títulos deverão es O candidato que possu	star n ir alte	o de Títulos para preenchimento deste formulário. Imprimir este formulário em duas v umerados, conforme a ordem acima descrita. vração de nome (casamento, separação, etc.) deverá anexar cópia do documento com ome diferente da inscrição e/ou identidade.		
Data://	_			
		Accinatura		



ANEXO IV - REQUERIMENTO - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

PROCESSO SELETIVO № 002/2018 - MUNICÍPIO DE PIRATUBA

Nome do candidato:	
№ da inscrição:	Cargo:
Vem REQUERER vaga espe abaixo, com base no laudo	ecial como PESSOA COM DEFICIÊNCIA , apresentou LAUDO MÉDICO com CID (colocar os dados):
Tipo de deficiência de que	é portador:
Código correspondente da	Classificação Internacional de Doença – CID:
Nome do Médico Respons	ável pelo laudo:
(OBS: Não serão considerac astigmatismo, estrabismo e co	dos como deficiência os distúrbios de acuidade visual passíveis de correção simples do tipo miopiongêneres)
Dados especiais para apli positivo, discriminar o tipo	cação das PROVAS: (marcar com X no local caso necessite de Prova Especial ou não. Em cade prova necessário)
` '	E PROVA ESPECIAL e/ou TRATAMENTO ESPECIAL e/ou TEMPO ADICIONAL VA ESPECIAL e/ou TRATAMENTO ESPECIAL e/ou TEMPO ADICIONAL
-	tipo de prova necessário e/ou tratamento especial. No caso de pedido de tempo adicional, icando sua necessidade, junto a esse requerimento.
É obrigatória a apresentaç	ão de LAUDO MÉDICO com CID.
(Datar e assinar)	
	Assinatura
	/ Issurace in a second



ANEXO V - REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DO VALOR DE INSCRIÇÃO

PROCESSO SELETIVO № 002/2018 - MUNICÍPIO DE PIRATUBA

Nome do candidato:
Cargo:
Nº Inscrição:
Marcar a opção desejada:
() Baixa Renda - Vem requerer isenção de pagamento do valor de inscrição do Processo Seletivo por comprovar renda da sua entidade familiar inferior a dois salários mínimos, à época da inscrição, conform comprovante de renda ou de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal de que trata o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, em anexo.
() Doador de Sangue - Vem requerer isenção de pagamento do valor de inscrição do Processo Seletivo, por comprovar pelo menos uma doação de sangue nos últimos 12 meses anteriores a data de publicação deste edital, conforme documento original ou autenticado, em anexo, fornecido por entidade coletora, credenciado pela União, Estado ou Município.
(Datar e assinar)

Assinatura



ANEXO VI - CRONOGRAMA DE EVENTOS

PROCESSO SELETIVO № 002/2018 - MUNICÍPIO DE PIRATUBA			
DATA	EVENTO		
2018/2019			
20/12	Publicação do Edital		
21/12 a 19/01	Período de inscrições e envio de documentos para Pessoas com Deficiência		
21/12 a 02/01	Pedido de isenção do pagamento do valor da inscrição e envio da documentação		
09/01	Divulgação do resultado do pedido de isenção do pagamento do valor da inscrição		
21/01	Último dia para pagamento da inscrição		
25/01	Divulgação da homologação das inscrições e local da Prova Objetiva		
28/01 a 01/02	Período para interposição de recursos das inscrições		
06/02	Divulgação do resultado dos recursos das inscrições		
10/02	Prova Objetiva e Recebimento dos Títulos (somente para Professores)		
11/02	Divulgação do Gabarito Preliminar		
12 a 18/02	Período para interposição de recursos do Gabarito Preliminar		
25/02	Divulgação do Gabarito Oficial, Resultado da Prova Objetiva, da Prova de Títulos para os Professores		
	aprovados na Prova Objetiva e Classificação Final Preliminar		
26/02 a 04/03	Período para interposição de recursos do Resultado da Prova Objetiva, Prova de Títulos e Classificação		
	Final Preliminar		
Até 11/03	Divulgação do Resultado dos Recursos e Homologação Final		

Obs. Este cronograma tem caráter orientador, podendo sofrer alteração em função da necessidade de ajustes operacionais, a critério do Município de Piratuba em acordo com a Concursos SS1.